



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado Arquitetura Paisagista

Dissertação

Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo

Joana da Silva Pimentel

Orientador:
Maria da Conceição Marques Freire

Maio 2013

Mestrado Arquitetura Paisagista

Dissertação

Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo

Joana da Silva Pimentel

Orientador:

Maria da Conceição Marques Freire

Aos meus pais ... não existem palavras de gratidão!

RESUMO

OS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS DA CIDADE DE MAPUTO

Os espaços abertos urbanos são um elemento fundamental de composição da urbe, contribuindo para a sua definição e estrutura. Eles representam um importante sistema de valor compositivo, social, ambiental e económico contribuindo com referências imprescindíveis para a leitura e identidade da cidade.

A interpretação dos espaços abertos públicos urbanos da cidade de Maputo é realizada à escala da cidade, evidenciando a relação entre o sítio, o carácter do lugar e a morfologia urbana vertida nas tipologias.

É realizada uma leitura geral da cidade, analisando os seus espaços abertos, decompostos em unidades tipológicas - praça, rua, jardim, cemitério, entre outras - focando a sua origem, relação com a fisiografia e evolução na cidade, terminando com um inventário das tipologias presentes.

Conclui-se que o sistema de espaços abertos da cidade apresenta uma moderada relação com o sítio e que as tipologias mais significativas são fortemente marcadas pela presença da vegetação.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem urbana, Moçambique, Tipologia, Espaço aberto público, Espaço verde

ABSTRACT

THE PUBLIC SPACE IN THE CITY OF MAPUTO

The urban open spaces are a primary element of composition in the city, contributing to its definition and structure. They represent an important system of composition, social, environmental and economic value, contributing to the readout and identity of the city.

Urban public open spaces in the city of Maputo interpretation is held at the city scale, showing the relationship between the place, its character and the urban morphology poured in typologies.

It held a general reading of the city, analyzing its open spaces, decomposed into typological units - square, street, garden, cemetery, among others - focusing on their origin, relationship to the physiography and evolution in the city, ending with an inventory of the types present.

It's concluded that the city of open spaces system has a moderate relationship with the place and that the most significant types are strongly marked by the presence of vegetation.

KEYWORDS: Urban landscape, Mozambique, Typology, Public open space, Green space

AGRADECIMENTOS

Às sugestões, disponibilidade e apoio da minha orientadora:
Professora Doutora Conceição Freire

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração,
apoio e compreensão da minha família e dos meus amigos:
Irene, Zé, David e Joana, David, Pedro, Patrícia, Sofia, Ricardo, Teresa

Em Moçambique, sem o convite para integrar a
publicação este trabalho não faria sentido:
Professor Doutor Luís Lage e Prof. Dra. Telma Faria

Cedência de documentos de recolha própria:
Dr. António Sopa

À Professora Maria Clara Mendes e Sérgio Proença por permitirem o acesso
aos Planos de urbanização de Lourenço Marques integrados no Projecto de
Investigação da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
"Urbanismo Colonial - Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas,
1934-1974." financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia

Ao meu condutor de "tchoupela" pela paciência para o "pára aqui para a foto":
Fábio Isaac Nhantumbo

A todos, o meu muito obrigado!

ACRÓNIMOS

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique

CMM - Conselho Municipal de Maputo

DM - Distrito Municipal

IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical

FACIM - Feira Anual de Comércio e Indústria de Moçambique

FAPF – Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico (Universidade Eduardo Mondlane)

INE - Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

PDM – Plano Diretor Municipal

PDULM - Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques

PECM - Plano de Estrutura da Cidade de Maputo

PEUAMM - Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo

PEUMM – Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo

PGULM - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROMAPUTO - Programa de Desenvolvimento de Maputo

PROSALM – Plano Regulador da Ocupação do Solo nos Arredores de Lourenço Marques

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNCHS - United Nations Centre for Human Settlements

UN/ Habitat - United Nations Human Settlements Programme

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
Acrónimos	iv
Índice.....	1
1. Introdução	2
2. Sobre os Espaços Abertos Públicos	5
2.1 Considerações sobre a terminologia.....	5
2.2 Os Espaços Abertos Públicos e a Paisagem Urbana	12
2.3 Tipologias	18
2.3.1 A Rua.....	23
2.3.2 A Praça	29
2.3.3 O Jardim	36
3. Cidade de Maputo. Caso de estudo	46
3.1 Breve enquadramento da cidade.....	46
3.2 Resenha histórica da evolução urbanística de Maputo	50
3.3 Uma leitura da cidade	69
3.4 Inventário dos Espaços Abertos Públicos.....	78
3.4.1 Caracterização dos Espaços Abertos Públicos	81
3.4.2 O Verde da Cidade de Maputo - Aplicação das fichas de inventário	90
4. Conclusão	122
5. Bibliografia	124
6. Anexos	I
Anexo I - Ficha-tipo de levantamento.....	II
Anexo II - Índice provisório da publicação “O verde da cidade de Maputo”	V
Anexo III - Extrato do Plano de Estrutura do Município de Maputo.....	VIII

1. INTRODUÇÃO

Os espaços abertos urbanos são um elemento fundamental de composição da urbe, contribuindo para a sua definição e estrutura. Entendidos como o negativo das construções ou os vazios da cidade representam os espaços exteriores onde para além das suas funções morfológicas e de configuração da cidade, desempenham um papel relevante ao permitirem a presença da Natureza, a interação social ao ar livre e descompressão necessária ao equilíbrio do Homem no meio urbano.

Uma visita à capital de Moçambique, Maputo, levou a conhecer a chamada “Cidade das Acácias”, epíteto dado à cidade pela profusão de Acácias Rubras (*Delonix regia*), cuja exuberância de floração lhe dá fama.

O sistema de espaços abertos dessa cidade é fortemente marcado pela presença da vegetação, o seu vigor e exuberância suscitaram-me interesse enquanto arquiteta paisagista, de aprofundar o conhecimento sobre os seus espaços, a sua importância e evolução histórica, a forma como foram concebidos, como se relacionam entre si e com o território que ocupam.

O fato de Maputo (antiga Lourenço Marques) ser de fundação portuguesa, acresce significado enquanto caso de estudo, motivando-me para entender a influência lusa na construção e evolução da cidade. A ausência de uma visão sistematizada e atual, no âmbito da arquitetura paisagista, sobre a cidade, conduziu à sua adoção.

O objeto de estudo são os espaços abertos públicos urbanos da cidade de Maputo, interpretados à escala da cidade. Interessa compreender o espaço aberto público enquanto lugar físico construído, a relação entre a fisiografia do sítio e o caráter da morfologia urbana.

Adotamos a definição de morfologia urbana de José Lamas “ ... estuda a forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo.” (Lamas, 1992:38).

Nesta perspetiva é realizada uma leitura da cidade, analisando os seus espaços abertos públicos, decompostos em unidades tipológicas - praça, rua, jardim, cemitério, entre outras - na sua origem, relação com a fisiografia e evolução na cidade.

Esta análise não aborda especificamente questões de sustentabilidade ou qualidade do espaço, no entanto, estas encontram-se integradas na visão do arquiteto paisagista.

O reconhecimento da importância dos espaços abertos públicos de Maputo, particularmente dos espaços verdes, conduziu à ideia de conceber uma publicação sobre os espaços “verdes” da cidade, presentemente em preparação pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane.

O convite para colaborar nessa publicação intitulada “O Verde da Cidade de Maputo”, endereçado pela Prof.^a Telma Faria e o Prof.^o Luís Laje da Universidade Eduardo Mondlane para participar no capítulo “Os jardins da cidade”, levou a um maior desenvolvimento do tema.

A pesquisa teve início antes do mencionado convite. Correspondeu-lhe, um início informal, sob a forma de curiosidade, mas que foi ganhando consistência com o aparecimento e desenvolvimento do projeto da publicação, oferecendo uma forma e utilidade à recolha inicial efetuada.

O estudo dos espaços abertos públicos urbanos recorreu a uma leitura geral da cidade e à caracterização dos seus espaços em fichas de inventário, que depois de selecionadas integrarão o capítulo “Os jardins da cidade”.

A inventariação dos espaços abertos públicos da cidade de Maputo é o resultado de um trabalho realizado na perspetiva do Arquiteto Paisagista na área da valorização dos espaços abertos públicos.

A sua possível divulgação, através de uma publicação, torna disponíveis conhecimentos que ajudam a reforçar os sentimentos de identidade cultural, de memória coletiva e de afirmação do património paisagístico.

Quanto à estrutura do trabalho, numa primeira parte é realizado um enquadramento teórico onde é esclarecida a terminologia usualmente aplicada ao espaço exterior, a importância dos espaços abertos urbanos e da sua relação com a paisagem.

A cidade, bem como a paisagem em geral, são espaços de grande transversalidade de estudo, debruçando-se sobre elas diferentes áreas do conhecimento humano. Após a apresentação de diversos tipos classificatórios e com base numa revisão bibliográfica sobre o tema, foram selecionadas três tipologias – a rua, a praça e o jardim.

De seguida é efetuado um breve enquadramento à área de estudo através da caracterização da cidade de Maputo nos seus diferentes aspetos, administrativos, físicos, socioeconómicos e culturais.

Após esta descrição é efetuada uma resenha histórica da evolução da cidade, abordando-a desde a sua génese até à atualidade, à qual se segue uma leitura dos seus espaços abertos, centrados na análise do espaço aberto público de Maputo atendendo às suas tipologias e à forma como se implanta no território.

Por fim, são identificadas as tipologias de espaços abertos públicos urbanos na cidade, é exposta a metodologia utilizada na inventariação desses espaços e apresentada uma ficha de caracterização para cada tipologia estudada.

2. SOBRE OS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TERMINOLOGIA

“Por vezes os espaços abertos tornam claro a forma da cidade, compartimentando-a, tal como num texto, os parágrafos separam ideias.”¹

A leitura de uma cidade é feita, do ponto de vista morfológico, pelo reconhecimento e interpretação dos seus espaços cheios, mas também dos seus espaços vazios. Os espaços vazios são limitados pelo edificado, que por oposição aos espaços interiores do edificado, consideramos de espaços exteriores.

A terminologia para denominar estes espaços é vasta e com diversos significados, o que pode induzir alguns mal entendidos e utilização inapropriada dos termos. Espaços livres, espaços verdes urbanos, espaço público, espaços abertos são termos que se referem a um vasto leque de espaços exteriores, muitos deles comuns às várias denominações, pelo que interessa compreender o contexto em que surgem, bem como os seus objetivos e limites de cada um.

As Normas Urbanísticas (1991:52) definem **espaços livres** como “*espaços exteriores públicos ou quase públicos, os jardins privados e os equipamentos a céu aberto*”, uma definição abrangente que inclui muitas das tipologias de espaço exterior.

Apesar de espaço livre poder ser interpretado no sentido de acesso gratuito, Cancela d’Abreu (1976), no seu estudo sobre a análise dos “espaços verdes e de recreio” e sua terminologia, alerta bem cedo para a utilização do termo espaço livre como pernicioso em contexto de planeamento urbano, dado que “livre²” pode ser entendido como espaço onde é permitida a construção, invalidando a aceção que se pretende.

Esta terminologia é assim acompanhada por uma interpretação que pode ser dúbia, podendo referir-se apenas a um estado de utilização (livre/ocupado), a sua aplicação no contexto de planeamento urbano deve ser evitada como termo para denominar espaços exteriores.

¹ João Gomes da Silva (1993:42)

² O termo pode ser entendido como disponível ou vago, sem impedimentos ou constrangimentos. No Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea “... que não está ocupado por alguém ou alguma coisa.” ou “... que não está ocupado com atividades obrigatórias, com compromissos.”

A introdução da árvore na cidade³ proporcionou o aparecimento de ruas arborizadas bem como o surgimento de novas tipologias de espaços abertos públicos - o recinto arborizado, o parque, o jardim público, o passeio e a alameda - fruto da transformação das condições de vivência urbana, do requinte no modo de viver, como espaços de recreio e novas práticas sociais, onde convergem as influências ideológicas higienista e naturalista (Lamas, 2000).

É neste enquadramento que se vulgariza, mais recentemente o termo **Espaços Verdes Urbanos**⁴, cujo conceito tem vindo a evoluir ao longo do tempo, integrando aspetos espaciais, sociais, técnicos e ecológicos, adotando diferentes perspetivas consoante a época.

Na década de 90 do século passado a publicação “Espaços Verdes Urbanos” da Direcção Geral de Ordenamento do Território clarifica o conceito ao considerar que estes espaços integrados no tecido urbano são autónomos e insubstituíveis por outro uso, fundamentais na estruturação do espaço público e no seu papel de ativação biológica, regularização microclimática e purificação da atmosfera. Estes espaços constituem equipamentos coletivos de recreio e lazer e permitem a conexão ecológica com o espaço rural.

Os espaços verdes urbanos ao se articularem numa rede que recria a Natureza na cidade concebem a “Estrutura Verde” que ao longo do tempo vai evoluindo para um modelo contínuo e hierarquizado, ganhando importância no domínio da ecologia (Magalhães, 1992 [2]).

A Estrutura Verde Principal estabelece a transição da paisagem rural para a cidade, que à medida que penetra na cidade adquire funções mais urbanas, devendo estar articulada com a rede de transportes públicos e de peões. Estes espaços correspondem à mata, áreas de produção agrícola, leitos e margens de linhas e cursos de água, áreas de integração de vias e o espaço exterior de equipamentos coletivos, parque urbano, hortas urbanas, Quanto à Estrutura Verde Secundária é composta pelos espaços adjacentes à habitação e na sua proximidade, ruas, praças, logradouros e jardins⁵.

O entendimento de Estrutura Verde evolui numa perspetiva hierarquizada para uma abordagem morfológica no Plano Verde de Lisboa (1997), dominada pela continuidade física.

³ De forma sistemática e de cariz mais ou menos público no Renascimento e Barroco, e com maior significado e expressão após a revolução industrial, numa resposta de contribuição da melhoria da qualidade do ar e da vida em geral das populações.

⁴ Espaço Verde também pode ser entendido, enquanto tipologia herdada do Modernismo, como espaço exterior com vegetação resultante da implantação de edifícios, sem referências formais ou funcionais apenas alicerçado nos caminhos pedonais (Matos, 2010), no entanto é como sistema de classificação de espaços abertos que aqui utilizamos.

⁵ Esta hierarquia foi primeiro utilizada no Plano Integrado de Almada-Monte da Caparica (1971/1976) (Magalhães, 1992 [2]) e posteriormente noutros planos.

Surge no Plano composta pela Estrutura Verde Contínua, Semi-contínua e Descontínua.

Posteriormente, em Portugal, é adotado o termo Estrutura Ecológica Urbana, uma figura mais abrangente composta por estrutura ecológica, estrutura cultural⁶ e áreas complementares, que se apresenta como um conjunto de sistemas que integra sistema húmido, sistema seco e habitats de elevado valor para a conservação da natureza, mas também vazios de edificação, espaços patrimoniais e espaços de integração de equipamentos e infraestruturas.

A estrutura verde nos últimos anos tem sido encarada por alguns autores nacionais e internacionais enquanto Infraestrutura Verde (Madureira *et al*, 2011; Landscape Institute, 2009; Tzoulas *et al*, 2007; Sandström, 2002). Esta nova designação surge com o objetivo de melhor integrar o sistema de espaços verdes urbanos como entidades coerentes, reforçando e valorizando o seu papel no planeamento urbano (Madureira *et al*, 2011).

Entendida enquanto infraestrutura, a estrutura verde ganha peso como figura de planeamento e desenho da cidade desde que seja interpretada como *“um conjunto de elementos, de instalações ou serviços considerados necessários, básicos para a criação e funcionamento de uma organização”* (Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea, 2001) em que a organização é a cidade.

Na literatura internacional são várias as definições de Infraestrutura Verde, Madureira *et al*, baseados em diversas definições apresentadas na literatura contemporânea definem-na como *“an integrated and coherent system of multifunctional green areas that links the city with the countryside through biophysical and social structure”* (Madureira *et al*, 2011:143).

Nesta definição estão implícitos princípios de continuidade espacial, ou conectividade, e multifuncionalidade, ideias defendidas entre nós, desde meados do século passado por Caldeira Cabral e Ribeiro Telles, através do conceito de *continuum naturale*.

A bibliografia internacional e nacional, particularmente no domínio da ecologia, assumem a expressão “espaços verdes urbanos” e “estrutura verde” urbana como abarcando a maioria dos espaços abertos da cidade. Se à escala da cidade esta leitura é aceitável, à escala do bairro,

⁶ “A estrutura ecológica é constituída pelos elementos visíveis e espaciais dos ecossistemas que asseguram o seu funcionamento, sendo portanto constituída fundamentalmente por materiais naturais (vivos ou inertes); ao passo que a estrutura cultural é constituída por sistemas construídos por materiais inertes (as vias e edificação) e materiais vivos (a Estrutura Ecológica Urbana e Estrutura Ecológica Rural).” (Magalhães, 2007:38)

a análise destes espaços não abrange espaços de materiais inertes como praças, ruas ou avenidas sem vegetação, que apresentam um papel igualmente relevante na cidade⁷.

Quanto ao termo “espaço verde”, este nem sempre é bem aceite, os mais radicais defendem que, quando interpretado no seu significado estrito pode induzir em erro - nem todos os espaços em que se encontra a presença da cor verde implicam obrigatoriamente que a Natureza seja valorizada, designadamente ao nível da vegetação, fauna ou da valorização da circulação da água.

Como forma de resposta à exclusão de espaços de forte cariz cultural e simbólico, não obrigatoriamente “verde”, Manuela Raposo Magalhães propõe uma metodologia Sistema-Paisagem. Esta metodologia assume a paisagem como um “sistema de sistemas” que inclui a estrutura ecológica e uma estrutura cultural, integrando ao nível do planeamento as diversas vertentes de análise do sistema-paisagem (Magalhães, 2007).

Por vezes, os termos espaços verdes urbanos e **espaço público**⁸ são utilizados indistintamente pelo que Jordi Borja esclarece *“O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde (erradamente) com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade”* (Borja, 2003; in http://pt.wikipedia.org/wiki/Espa%C3%A7o_p%C3%BAblico).

A abordagem sociológica inerente ao conceito de espaço público é justificada na ótica da cidade: *“La ciudad entendida como sistema, de redes o de conjunto de elementos – tanto si son calles y plazas como si son infraestructuras de comunicación (estaciones de trenes y autobuses), áreas comerciales, equipamientos culturales es decir espacios de uso colectivos debido a la apropiación progresiva de la gente – que permiten el paseo y el encuentro, que ordenan cada zona de la ciudad y le dan sentido, que son el ámbito físico de la expresión colectiva y de la diversidad social y cultural. Es decir que el espacio público es a un tiempo el espacio principal del urbanismo, de la cultura urbana y de la ciudadanía. Es un espacio físico, simbólico y político.”* (Borja & Muxi, 2000:8).

Nesta aceção é exaltado o papel social e político do espaço público a que se acresce um valor estético e de identidade *“(…) la dimensión cultural del espacio público no se limita a la*

⁷ Referente a espaços com funções mais ligadas à circulação, simbólico, patrimonial ou de identidade para citar alguns.

⁸ Entendido apenas enquanto espaço exterior, uma vez que existem tipologias de espaço público que ocorrem no interior de edifícios.

monumentalidad y a los espacios no construidos, sino al conjunto de los edificios, equipamientos e infraestructuras de la ciudad. Las formas siempre transmiten valores, la estética es también una ética. Menospreciar el espacio público, su calidad, su belleza, su adecuación a los gustos y las aspiraciones de los diferentes sectores de población más allá de su función específica, es simplemente dejar de lado la gente y contribuir a los procesos de exclusión (...)” (Borja & Muxi, 2003:69)

O espaço público encarado na sua dimensão social inclui uma diversidade de tipologias na cidade que podem ser ao ar livre como ruas, praças, jardins mas também podem ocorrer em espaço edificado, fechado como centros comerciais, teatros, hospitais

Segundo Brandão Alves “(...) o espaço público urbano mais do que um suporte físico específico representa uma “modalidade” de composição entre atividades e grupos, simultaneamente indutor e induzido, como exprimem as relações existentes entre a morfologia dos espaços e os aspetos socioeconómicos e afetivos da vida social (...)” (Brandão Alves, 2003: 298)

Este autor acresce que numa perspetiva de sustentabilidade “(...) o espaço público sustentado é aquele que desempenha um papel ecológico eficaz dentro do tecido urbano, a par da sua função social e de polivalência (...)” (Brandão Alves, 2003:8). O ênfase na importância ecológica numa lógica de desenvolvimento leva a uma aproximação com os espaços verdes, da mesma forma que estes cada vez mais reconhecem as suas funções sociais.

As Normas Urbanísticas encaram o espaço público urbano não só com as ruas mas inclui os passeios, “estadias arborizadas”, jardins e parques. No seu entender é uma “(...) área do domínio público, não edificada (ruas, praças, jardins, etc.), intrínseca à vida cívica urbana colectiva. São também denominados de públicos os espaços cuja gestão e propriedade está afectada à administração estatal, como sejam os equipamentos colectivos (escolas, hospitais, museus, ou outros).” (Pardal et al, 1991:54).

Neste conceito está implícito a questão da gestão e propriedade considerando que espaços semipúblicos também se enquadram no espaço público. A pesquisa revelou que existem diferentes formas de entender o significado de espaço público, o que influencia o número de tipologias consideradas.

Mas o espaço público também é entendido numa perspetiva de desenho urbano, como objeto de qualificação com diferentes valências, à semelhança da ideia veiculada na obra “O chão da cidade – Guia de avaliação do design de espaço urbano”.

Os autores desta obra consideram o espaço público é classificado nas seguintes tipologias (Brandão, 2002):

- Parques urbanos
- Jardins públicos
- Áreas ajardinadas de enquadramento
- Avenidas e ruas
- Praças e largos
- Pracetas
- Terreiros e recintos multifuncionais (áreas polivalentes)
- Espaços canais (vias férreas, auto-estradas e vias rápidas)
- Os espaços públicos (cobertos ou não)⁹
- Parques de estacionamento
- Margens fluviais e marítimas (inclui a faixa costeira nos planos de orla costeira estão incluídos o desenho do acesso, estacionamento e apoio de praia).

Para além destes espaços, são ainda enumerados na obra, outros que embora não sejam tradicionalmente objeto de intervenções qualificadas, devem ser considerados desde que os mesmos confirmam utilidade social, económica e ambiental, dando o exemplo das escarpas e encostas de pendente acentuada ou formações geológicas.

Neste conceito o espaço público não se prende tanto com o regime da propriedade mas com as funções que exercerem para a sociedade. O fato de desempenharem um papel torna-os elegíveis para uma intervenção de qualificação.

De uma maneira geral, as definições de espaço público são mais estritas, não abarcando um leque tão variado de situações, no entanto é neste sentido que pretendemos abordar os espaços exteriores. A sobreposição de espaços físicos entre o conceito mais abrangente de espaço público e espaços abertos públicos é, se não total, muito próxima do todo.

A expressão que melhor sintetiza a compreensão do espaço exterior na sua globalidade é a de **espaços abertos**. Os espaços abertos na urbe são constituídos por todos os vazios, definidos por volumes construídos (edifícios, muros, ...), “ (...) que determinam a sua existência e que,

⁹ “associados a estes espaços dedicados. São exemplos, paragens e estações, zonas de circulação – corredores, túneis, átrios, passagens (superiores e inferiores que servem para não interromper a circulação) e áreas de serviço.” (Brandão *et al*, 2002)

com eles, mantêm uma relação estreita, independente de esta ser planeada ou casuística; em conjunto dão forma à cidade.” (Simões, 1998:24).

Estes espaços “aparentemente vazios”, na expressão de Nuno Portas, entendidos num contexto de cidade ou no interior de uma área metropolitana, cobrem uma grande diversidade de espaços adaptados a múltiplas funções, abrangendo desde espaços em que dominam elementos naturais (planos de água, monumentos geológico, jardins, parques, hortas urbanas, matas e espaços arborizados, ...) ou inertes (praças, ruas, avenidas, miradouros, ...).

A tendência para dividir os espaços abertos em espaços verdes e espaços cívicos surge recorrentemente. Para Hudeková et al. (2009, in Dalbem, 2011:25) apresentam “Open Space (Espaços Abertos) são os espaços dentro da área urbana que não são construídos e que proporcionam, ou têm o potencial de proporcionar, direta ou indiretamente benefícios ambientais, sociais e/ou económicos para as comunidades. Esses espaços podem ser classificados em outras duas categorias: Greenspace (Espaço Verde) que consistem em áreas dentro das cidades que tenham como elemento principal a vegetação, corpos hídricos ou feições geológicas; ou os Civic Space (Espaço Cívico) que constituem-se em forma de praças, mercados municipais e outros espaços impermeabilizados que se constitua em espaços para a função cívica”.

Nesta subdivisão, volta a colocar-se a questão da sobreposição física e de funções entre as duas categorias e a perda da unidade de leitura conferida pelo termo espaços abertos. No nosso entender este deve ser entendido em todo o seu universo funcional, formal e histórico, uma vez que na visão do arquiteto paisagista, a paisagem é entendida na sua globalidade integrando o Homem e a Natureza e as relações entre ambos.

Por motivos inerentes ao caso de estudo selecionado debruçamo-nos sobre os espaços abertos entendidos como espaços coletivos, disponíveis para todos, como espaço público, em oposição ao espaço privado, que se reserva à esfera doméstica.

Enquanto entidade estruturadora da cidade, o espaço aberto permite múltiplas abordagens, o que justifica a sua transdisciplinaridade e respetivas interpretações e perspetivas. Consoante a evolução do conhecimento humano também a forma de abordar os espaços exteriores se vai alterando. Atualmente com a importância atribuída à sustentabilidade, e a integração do aspeto social, inerente ao homem, assiste-se a uma convergência cada vez maior, entre os espaços verdes públicos e os espaços públicos abertos, o que reforça a interpretação holística dos espaços abertos.

2.2 OS ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS E A PAISAGEM URBANA

A Convenção Europeia da Paisagem define paisagem como “(...) *uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos.*” (Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro:1025).

“Cada paisagem é assim um contentor cultural, um reservatório histórico e um espaço de leitura do mundo. É um facto histórico que se constrói sobre e com uma outra história: a história ecológica de cada lugar.” (Carapinha, 2010/2011:22).

O grau de humanização mais elevado da paisagem corresponde ao espaço urbano. Na paisagem da cidade, os espaços abertos desempenham funções fundamentais para a cidade, abrangendo-a em toda a sua extensão. A sua relevância está relacionada com os valores inerentes aos espaços abertos, de suporte e compositivo, social, estético e ecológico e económico, intrinsecamente relacionados entre si.

Enquanto espaço fornecedor de suporte de atividades e compositivo da paisagem urbana é um espaço físico, concebido como um todo contínuo (maioritariamente), que contribui para a estrutura e identidade da urbe, definindo o seu carácter e imagem.

No seu aspeto físico e de suporte *“Ha de ser un espacio de la continuidad y de la diferenciación, ordenador del barrio, articulador de la ciudad, estructurador de la región urbana.”* (Borja & Muxi, 2003:68).

A conceção e desenho dos espaços abertos públicos de qualidade influenciam a vivência do espaço e a sua apropriação, ocupação e utilização, mas também proporcionam espaços confortáveis e amenos, limpos e seguros¹⁰ (Alcoforado *et al*, 2009; Magalhães, 2007; Krier, 1999; Lynch, 1989; Cullen, 1988; Krier,1975).

Na definição adotada por Marta Romero (2001:29) os espaços públicos exteriores urbanos são *“(...) aqueles espaços fundamentais que frequentemente condicionam os espaços construídos, que às vezes lhes conferem suas formas, seus relevos, suas características.”*.

Esta definição levanta a questão se são os espaços construídos que condicionam os espaços abertos ou o contrário, ocorrendo as duas situações na cidade atual, Léon Krier responde com *“um vazio estruturado e estruturante, com dimensões e características próprias”* (Krier, 1999:143), assumindo-o como condição e condicionante.

¹⁰ No aspeto de higiene e segurança pública veja-se as obras de requalificação urbana promovidas por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870 em Paris.

A propósito do espaço “vazio” Nuno Portas (2003: in, Capelão, 2012:17) salienta que “o elemento aparentemente «negativo», mas que é o mais duradouro da cidade, porque, afinal, o que mais caracteriza a cidade são os seus «vazios», que são aquilo que mais perdura na história da humanidade.”.

Esses espaços que, tal como sublinha Portas, são apenas “aparentemente vazios”, imbuídos de significado cultural, valores como História, tradição e simbologia, determinante no sistema de referências adquirido ao longo de gerações, contribui para a sua identidade.

Uma ideia corroborada por outros autores, “(...) *les espaces publics, sont aussi références communes partagées par les habitants ou les visiteurs de la ville. En ce sens, ils transcendent leurs fonctionnalités pour intégrer le patrimoine culturel urbain.*” (Cambon, 2008:12).

Os espaços abertos públicos encarados enquanto património, no sentido lato¹¹, sem fazer juízo de valor qualitativo, como um legado para uso e vivência humana ao longo de várias gerações.

Como valor social, estes espaços criam oportunidades da comunidade interagir a diferentes níveis, nas atividades do quotidiano, viver, trabalhar e lazer, mas também de exercer a sua cidadania. Esta expressão social é afirmada por diversos autores.

“El espacio público es el espacio de expresión colectiva, de la vida comunitaria, del encuentro y del intercambio cotidianos...” (Borja & Muxi, 2003: 68)

Independente do tipo de urbe: *“Nos espaços abertos públicos - qualquer que seja ao tecido urbano ou época em que se inscrevem – observa-se uma forte vocação no encontro de gentes e no estabelecimento de relações humanas que se concretizam numa dada sociedade, (...)”* (Freire, 1999:16)

Ao nível do seu valor estético e ecológico a presença de vegetação e espaços permeáveis enriquecem o espaço aberto público, contribuindo para o bem-estar físico e psicológico do homem, oferecendo espaço para a presença da Natureza na cidade, manutenção do funcionamento do seu sistema biofísico e de conectividade com o espaço rural. Enquanto espaço de valor ambiental assegura diversas funções ecológicas e de regulação da qualidade ambiental.

A presença de espaços abertos com domínio de elementos naturais confere uma vertente ecológica e reguladora referida por numerosos autores (Farinha Marques *et al*, 2012;

¹¹ Não obrigatoriamente de qualidade que remete para o conceito de património histórico.

Madureira *et al*, 2011; EEA, 2011; Alcoforado *et al*, 2009; Landscape Institute, 2009; Magalhães, 2007; Tzoulas *et al*, 2007; Sukopp H., 2002; Ribeiro Telles, 1997; Magalhães, 1992; Burges *et al*, 1988) que abordam estes espaços “per si” ou como parte integrante de um sistema.

Quanto ao valor económico este revela-se quer diretamente, através de espaços de produção, quer indiretamente, quanto maior for a qualidade do espaço, maior a sua procura. Os espaços de produção nos espaços abertos são compostos, por exemplo, pela agricultura urbana, floresta urbana ou exploração de recursos naturais em áreas húmidas (ex. em zonas de estuarinas, criação de ostras, apanha de conchilha, percebes) enquanto fonte de rendimento, criação de emprego e/ou de complemento ao rendimento.

Encontram-se espaços abertos públicos de produção direta em logradouros coletivos, hortas urbanas, parques horticolas na periferia, florestas inseridas na paisagem urbana geridas de forma extensiva, viveiros, áreas húmidas (particularmente os estuários) entre outras (Fausold & Lilieholm, 1996).

Mas também de forma indireta, quanto maior qualidade o espaço aberto apresentar maior atratividade irá exercer, trazendo investidores, utilizadores e clientes, favorecendo atividades como o comércio e serviços, o mercado imobiliário, o turismo e valores intangíveis¹² (Gruehn, & Budinger, 2012; Maksymiuk, 2012; Montez, 2009; Morancho, 2003; Fausold & Lilieholm, 1996).

Os espaços abertos públicos são elementos articuladores, de coesão física e social, portadores de uma multifuncionalidade inerente ao conceito de paisagem (e logo implicitamente à paisagem urbana) associada “(...) desde sempre, aos conceitos e às práticas do recreio, da produção e da protecção. Elas estão presentes nas sociedades mais antigas - com as suas práticas agrícolas, a arte dos seus jardins e a sua sensibilidade estética relativamente à paisagem - na utopia bucólica e pastoril do Renascimento e nas questões ecológicas que surgem a partir dos finais do século XIX, (...)” (Matos, 2010:31).

¹² Valores que apesar de reconhecidos e valorizados são de difícil expressão económica, como: científico, estético, histórico, de biodiversidade, cultural ou simbólico para enumerar alguns.

As múltiplas funções que os espaços abertos públicos tomam estão interligadas com o papel desempenhado na cidade suporte, composição, social, ambiental e económica, sendo inúmeras as funções desempenhadas para a paisagem urbana:

- Articulação física e simbólica;
- Estética;
- Identidade;
- Simbólico;
- Encontro social;
- Descompressão
- Recreio e lazer;
- Benefícios sociais através da promoção da saúde (redução da poluição, oferta de espaços para exercício físico e promoção dos bem-estar psíquico);
- Regulação microclimática (termorregulação, controlo da humidade, controlo das radiações solares, proteção contra ventos);
- Purificação do ar (através da absorção de CO₂ e aumento do teor de oxigénio, armazenamento de carbono);
- Manutenção dos sistemas biofísicos fundamentais no funcionamento da paisagem;
- Regulação hídrica;
- Proteção contra erosão;
- Contribuição para a manutenção e aumento da biodiversidade;
- Espaço de produção;
- Valorização imobiliária.

Esta multifuncionalidade e continuidade tomam forma na “Paisagem global” defendida por Ribeiro Telles¹³, isto é, uma cidade integradora de valores urbanos e rurais.

No estado de maior gradiente de humanização da paisagem – como vimos na cidade – surgem “imiscuídos” elementos tradicionalmente pertencentes ao espaço rural, a presença da mata, as hortas, o rio, as árvores, os ecossistemas sensíveis,

Surgem naturalmente integrados¹⁴ ou criados espontaneamente, aproveitando a aptidão dos sistemas biofísicos, mas não raras vezes são “atropelados” em nome do “desenvolvimento”,

¹³ Em 1992, pela ocasião da sua jubilação, Ribeiro Telles defende um novo modelo de cidade integrado numa Paisagem Global “(...) trata de ruralizar a cidade e urbanizar os campos sem que esta atitude invalide os valores próprios de cada uma das faces da sociedade e da paisagem. Há que interligá-las no mesmo esforço de humanização do território.” (Ribeiro Telles, 1992:10).

¹⁴ Encontrando-se muitas vezes na origem da fixação do aglomerado.

alguns com custos elevados de execução, manutenção ou mesmo em casos extremos pondo em causa vidas humanas, pelo que nas expansões ou requalificações urbanas devem ser atendidos os sistemas biofísicos fundamentais ao funcionamento da paisagem (Figura 1).

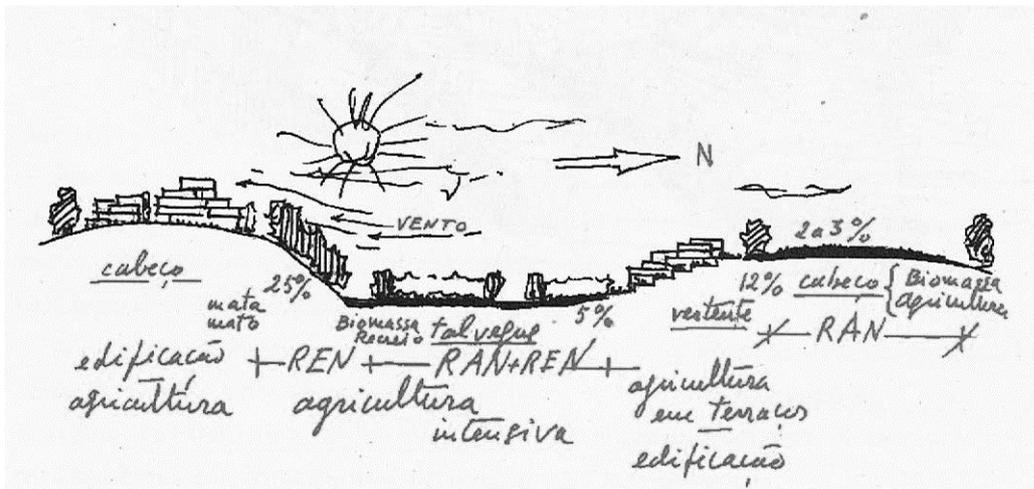


Figura 1 – A paisagem global: elementos do espaço rural e urbanos intercalados. Fonte: Ribeiro Telles, 2002:77

Quanto à forma dos espaços abertos ela é definida pelos seus elementos constituintes. Sobre esta matéria já diversos autores (Raposo Magalhães, 2001; Alfaiate, 2000; Lamas, 2000; Lynch, 1989; Rossi, 1982; Krier, 1975) se debruçaram e pela sua complexidade e abrangência será tratado no próximo ponto.

No seu conjunto, os espaços abertos públicos enquanto estrutura, contribuem para a forma da cidade e da paisagem urbana. Pela sua simplicidade e síntese adotamos os modelos de forma¹⁵ da cidade (Figura 2) definidos por Kevin Lynch (2010):

- A estrela radial (A): um único centro dominante de onde irradiam para o exterior as vias de transporte principais;
- Cidades satélites (B): associado ao conceito de estrela, surge uma cidade central rodeada, a determinada distância, por um conjunto de cidades mais pequenas e de crescimento limitado, dependente da cidade central¹⁶;
- A cidade linear (C): conceito raramente aplicado consiste numa linha de transporte contínua, organizada transversalmente onde os usos intensivos como residência, produção, comércio e serviços se encontram adjacentes à linha de transporte, relegando as atividades menos intensivas ou mais desagradáveis para as “traseiras” ou linhas secundárias paralelas. Neste modelo o espaço rural encontra-se muito próximo

¹⁵ Onde a disposição dos arruamentos contribuem para a estrutura a cidade.

¹⁶ A ideia inicial está vertida na teoria de Ebenezer Howard no livro “Garden Cities of Tomorrow” de 1898

do centro da linha de transporte. O crescimento é efetuado pelo prolongamento das extremidades¹⁷;

- Cidade em grelha retangular (D): uma rede ortogonal de vias compartimenta o terreno, podendo ser estendido replicando o padrão;
- Outras formas em grelha (E): existem muitas variantes da grelha retangular, desde as “estradas paralelas” ou “grelha triangular de Christofer Alexander, a redes distorcidas em diversos sentidos;
- A rede axial barroca¹⁸ (F): organização alicerçada em pontos dominantes do terreno, marcados por estruturas simbólicas (nodos) que são ligados por vias principais, largas, concebidas como aproximações visuais aos nodos, assentes em triângulos. Implica uma imagem de unidade garantida por um regulamento de fachadas, cêrcea e utilizações. No seu interior, as regras podem ser mais permissivas;
- O rendilhado (G): resultado de vias espaçadas, em que o espaço interior definido pelas vias é ocupado esparsamente por edificado, ficando vastas áreas livres de construção, ocupados por terrenos agrícolas ou expectantes. Neste modelo a densidade populacional é muito baixa;
- A cidade “interior” (H): cidade fechada, privada e isolada do mundo exterior, apresentando as vias irregulares um sistema de árvore¹⁹. Corresponde à cidade medieval islâmica;
- A cidade em ninho (I): segue a teoria de planeamento hindu, apresenta um esquema semelhante à cidade “interior” de isolamento mas está organizada em anéis retangulares, uns dentro dos outros. No centro encontra-se o local mais sagrado, cada caixa é atribuída a um grupo ocupacional;
- Visões atuais: cidades “utópicas” na atualidade como a megaforma, em que uma única estrutura engloba autoestradas, estacionamento, comércio, escritórios e habitação, em que os espaços abertos consistem em telhados, terraços e varandas, ou a cidade bolha, em que esta estaria envolta por uma bolha gigante que protegeria a cidade do tempo rigoroso, entre outros modelos idealizados mas até agora de difícil aplicação.

¹⁷ Arturo Soria y Mata foi o primeiro a expor esta configuração em 1882, no entanto formas antigas deste modelo são encontradas à beira da estrada, ao longo da costa ou dos cursos de água.

¹⁸ Impõe um simbolismo grandioso tendo sido aplicado pelo Major Pierre Charles L’Enfant no plano da cidade de Washington em 1791 e posteriormente em Paris por Haussmann.

¹⁹ As vias principais conduzem gradualmente a vias de menor dimensão até terminarem num beco sem saída.

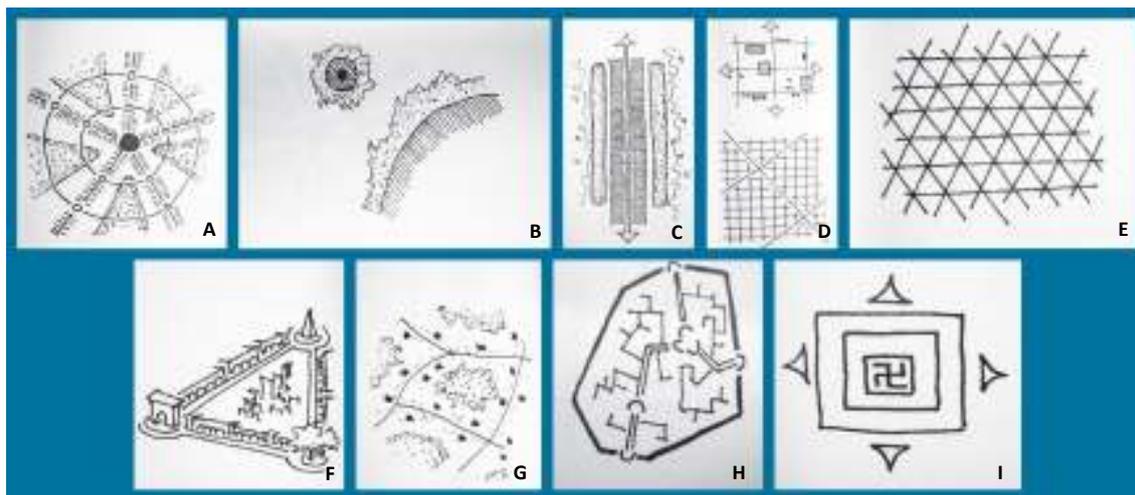


Figura 2 – Modelos de forma da cidade definidos por Kevin Lynch. Fonte: Adaptado de Lynch, 2010.

Ainda sobre a estrutura Nuno Portas afirma (2003, in Capelão, 2012:17) “(...) *o espaço público não é um décor, mas sim a estrutura da cidade.*”, o que reforça o seu papel para a constituição da forma.

O tipo de relação estabelecida entre os espaços abertos, concretizados nas suas tipologias e a estrutura da paisagem foi explorado por Teresa Alfaiate (1992[1]) num estudo aplicado à cidade de Lisboa, concluindo que na maioria dos casos, as unidades de paisagem são elementos coerentes de relação entre unidades fisiográficas e unidades homogêneas do tecido urbano.

O espaço aberto público estudado nas suas tipologias é caracterizado pela sua pluralidade, pelos lugares que ocupa, a forma que toma, os usos e funções que assume. Esta variedade molda a imagem da cidade, a sua perceção e a sua vivência.

2.3 TIPOLOGIAS

O homem para perceber o que o rodeia sente necessidade de analisar, decompor e ordenar a complexa realidade em que se insere, como já tivemos oportunidade de mostrar. Existem numerosas formas de olhar e classificar os espaços abertos, consoante a dimensão, utilização, função, questões culturais, propriedade ou conjugando vários componentes através de tipologias. A organização dos espaços abertos em tipologias facilita sua compreensão e tem sido largamente aceite.

Adotamos a definição de tipologia²⁰ proposta por Teresa Alfaiate que considera um “conjunto de qualidades que permitem identificar um determinado espaço, quer edificado quer aberto,

²⁰ Tipologia provém de tipo, que é “o modelo ideal que reúne os caracteres essenciais de todos os objectos da mesma natureza.” (Alfaiate, 1992 [2]:12)

que se revelam representativos na sua definição, precisamente por se verificarem constantes” (Alfaiate, 1992[2]:11)

Na paisagem urbana, as tipologias de espaço aberto dizem respeito à relação entre o espaço edificado/não edificado, contribuindo para a definição do tecido urbano. *“Os espaços abertos distribuem-se no tecido urbano de acordo com a lógica do plano ou planos que lhe deram origem, ou articulando situações de carácter diferenciado ... Uma das características destes conjuntos é a grande diversidade a nível formal e tipológico dos espaços abertos”* (Ribeiro Telles et al, 1992).

Kevin Lynch (1989) define como elementos constituintes (Figura 3) da imagem da cidade:

- Vias (A): espaços canais que definem a circulação;
- Limites (B): elementos lineares que marcam uma fronteira (ex. margem do rio, linha de caminho-de-ferro, rua); funciona como referência secundária que pode unir “costura” ou separar “barreira”;
- Bairros (C): áreas homogéneas diferenciadas e reconhecidas por uma identidade própria;
- Cruzamentos (D): pontos estratégicos na paisagem de carácter centrípeto (atractivo, ex. praça) ou centrífugo (distributivo, ex. nó viário);
- Pontos marcantes (E): elementos dotados de características específicas, que se diferenciam no tecido urbano adquirindo o papel de referência.

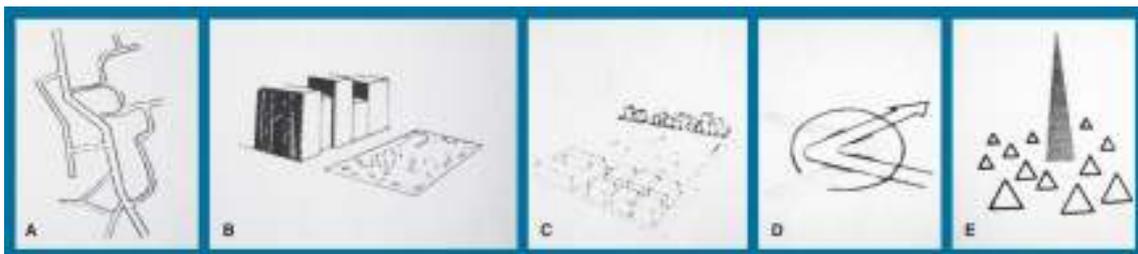


Figura 3 – Elementos constituintes da imagem da cidade. Fonte: Adaptado de Lynch, 1989

Os elementos identificados por Kevin Lynch têm alguns pontos em comum com os elementos básicos da leitura da paisagem: a matriz, o corredor e a mancha.

Para Aldo Rossi (1982) existem duas tipologias na cidade, as áreas residenciais e os elementos primários. As áreas residenciais são entendidas enquanto partes residenciais que caracterizam os bairros e os elementos primários como núcleos de agregação identificados com os factos históricos da cidade (geralmente locais de carácter público ou coletivo).

Manuela Raposo Magalhães (2001), baseada na análise da paisagem propõe uma conceção de tipologias de espaço exterior decorrente de uma abordagem morfológica do espaço não edificado (Figura 4), definida a partir do domínio da percepção do fruidor. As tipologias de espaço identificadas são:

- Espaço fechado: espaço ocupado por volumes de vegetação densa, ao nível arbóreo pelo copado ou de maciços arbustivos;
- Espaço aberto: espaço de certa dimensão sem vegetação ou revestimento ao nível herbáceo, que permite uma sensação de extensão livre, embora contido entre limites;
- Espaço ilimitado: espaço em que os limites por não serem visíveis, ou se encontrarem a uma distância considerável, conduzem à apreensão de um espaço amplo, com uma forte presença de céu visível;
- Espaço pontuado: espaço aberto marcado, regular ou irregularmente, por elementos naturais árvores, arbustos ou elementos construídos, edifícios isolados, postes, ...;
- Espaço compartimentado: espaço dividido por planos verticais (alinhamentos de árvores, sebes, muros, ...), que consoante a densidade de compartimentação configura malhas estreitas ou largas.

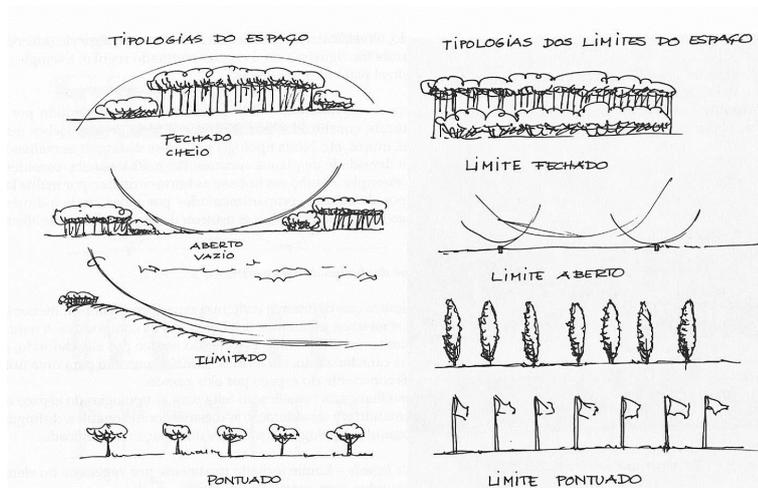


Figura 4 – Tipologias de espaço exterior e seus limites. Fonte: Adaptado de Magalhães, 2001

A autora aponta a importância dos limites do espaço como elementos de composição fundamentais, em que a sua natureza condiciona o carácter do mesmo, distinguindo por isso tipologias de limites (Figura 4): Limite fechado (sem aberturas), limite aberto (através de limites de reduzida dimensão, ex. lancil, ou simples demarcação) ou aberto contido (limite efetuado por elementos de baixa altura (entre 0.40 a 1.20m) que permite o contato visual e limite permeável (limite com aberturas pontuadas ou expressa em conjuntos lineares, em que parte do seu carácter é definido pela regularidade ou irregularidade do espaçamento).

Decorrente desta abordagem são ainda definidos como conceitos básicos para a obtenção da forma, o conceito de delimitação e de ligação.

Os critérios que contribuem para a definição de uma tipologia em paisagem segundo Teresa Alfaiate (2000) compreendem:

- Fisiografia: na sua relação entre a forma do relevo e a forma de ocupação do solo;
- Parcelamento: sistema cadastral em relação à “origem” e nas suas diferentes evoluções: manutenção, adoção, associação/subdivisão, sobreposição/anulação, retificação, ...;
- Limites: fronteira entre unidades espaciais diferenciadas, que circunscreve o espaço e lhe atribui um princípio e um fim. A natureza da fronteira confere-lhe identidade;
- Estrutura: modo de organização interna;
- Génese: para a compreensão da evolução de um tipo atual é necessário estudar a sua origem. No caso do espaço urbano é essencial entender a sua localização face ao aglomerado da altura
- Definição morfológico/espacial (espaço aberto/espaço fechado): forma de ocupação do espaço vazio²¹;
- Materiais de construção: análise no que respeita a natureza dos materiais, prevalência de materiais vivos ou materiais inertes;
- Sistemas ecológicos: componente natural da paisagem que assegura a sua sustentabilidade. Este critério revela na paisagem não urbanizada, fatores pertinentes no processo de identificação e caracterização dos tipos culturais, perdendo pertinência na paisagem urbana²²;
- Uso/função: características que revelam a vivência e o papel desempenhado pelo espaço;
- Toponímia: permite identificar espaços com determinadas características, no entanto, a relação designação/tipologia pode causar equívocos²³.

²¹ O espaço aberto ou fechado enquanto contributo para a definição de tipologia, não confundir com os espaços abertos entendidos como espaços a “céu aberto”, objeto desta dissertação.

²² Segundo a autora os espaços abertos na paisagem urbana, de uma maneira geral, não se revelam associados a um sistema ecológico específico, “(...) embora alguns jardins, parques ou outros espaços significativos, se associem frequentemente a zonas baixas, próximo de linhas de drenagem natural, que pelas suas características de sistema húmido, não se revelam apropriadas à edificação.” (Alfaiate, 2000: 163)

²³ Aspetos como a evolução da cidade pode implicar que o nome da tipologia permaneça no tempo apesar de esta se ter transformado, por exemplo, o Terreiro do Paço e o Rossio, em Lisboa, são atualmente praças.

Nenhum destes critérios, por si só, define uma tipologia, sendo portanto necessário mais do que um para a sua definição. A autora propõe ainda o cruzamento destes critérios com a forma: elementos pontuais (pontos), elementos lineares (linhas) e estruturas (conjuntos da paisagem cultural ou natural), cada um deles analisado em “espaço urbanizado” ou “espaço não urbanizado”. Como resultado são identificadas tipologias relacionadas com sistemas ecológicos, componentes da paisagem, ..., dependendo da escala de análise e do tipo de paisagem presente.

Ao nível das tipologias interessa analisar as referentes à paisagem urbana - as tipologias urbanas. Parece não haver um consenso generalizado sobre as tipologias apresentando diferentes investigadores a sua classificação.

Para Teresa Alfaiate (1992[2]) as tipologias urbanas identificadas na análise dos espaços abertos públicos, de dois tecidos urbanos de Lisboa (de diferentes épocas e conceções) foram: o campo, o largo, o miradouro, a avenida, interior do quarteirão, o jardim, o parque, a alameda arborizada e a praça.

Na área da arquitetura e urbanismo Robert Krier (1975) elege a rua e praça e José Lamas (2000) identifica como elementos morfológicos do espaço urbano o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/rua, a praça, o monumento, “a árvore e a vegetação”²⁴ e o mobiliário urbano.

Num estudo recente sobre os espaços verdes da cidade do Porto, Paulo Farinha Marques (2011) e a sua equipa definem as seguintes tipologias: margem do Rio Douro, linhas de água e suas margens, praias e zonas costeiras, escarpas, parques e jardins de acesso público, praças de acesso público, espaços verdes associados a urbanizações, jardins privados, logradouros, cemitérios, espaços verdes associados a eixos de circulação principal, ruas arborizadas, espaços verdes de cultivo, espaços expectantes e matas urbanas.

Concluimos assim no que diz respeito às tipologias de espaços abertos urbanos, a escolha do “tipo classificatório” e a seleção das tipologias variam de acordo com as necessidades específicas de cada investigação, nomeadamente o seu objeto e objetivo.

Adotamos então para este estudo uma terminologia que identifica unidades básicas de composição dos espaços abertos, baseados na sua forma e função. Para o enquadramento teórico limitamos a reflexão a três tipologias de espaços abertos, embora existam muitas

²⁴ A forma correta deveria ser a árvore e outras formas de vegetação.

outras²⁵. As tipologias selecionadas prendem-se com a sua grande representatividade e significado na cidade tradicional ocidental: a rua, a praça e o jardim.

Sobre estas é apresentada uma síntese, que não se pretende exaustiva mas ilustrativa, dos pontos considerados por nós mais relevantes para a sua compreensão e que contribua para leitura da paisagem urbana:

- Localização: posição relativa do espaço face à urbe (central, periférica ou abrangente);
- Forma: atributo físico de configuração do espaço dependente da sua estrutura e limite;
- Definição morfológico/espacial (Espaço aberto/Espaço fechado): modo como o espaço vazio é ocupado;
- Materiais de construção: predomínio de materiais vivos ou materiais inertes;
- Função: papel desempenhado pelo espaço;
- História: evolução cronológica do espaço;
- Participação na estrutura urbana: papel desempenhado enquanto elemento de composição da cidade

Outros poderiam ser acrescentados que enriqueceriam²⁶ a definição e leitura da tipologia, no entanto, os critérios selecionados foram escolhidos pela sua representatividade e especificidade face às tipologias selecionadas para este enquadramento teórico, relegando os restantes critérios para uma análise mais exaustiva que não cabe neste trabalho.

2.3.1 A Rua

Produto da expansão da cidade, a rua organiza a divisão do terreno, delimita lotes e dá-lhes acesso, permite a circulação, mas é como espaço de expressão social (vivência) e elemento compositivo que se torna mais determinante e interessante.

Nas Normas Urbanísticas *“A rua, mais do que um simples acesso, é um elemento estruturante do tecido urbano e, como tal, carece de uma demarcação própria do seu espaço, até onde ele se desenvolve, permitindo uma fácil leitura. A ambiência peculiar do sítio, o carácter arquitectónico e a toponímia são factores que contribuem para lhe dar identidade urbana.”* (Pardal et al, 1991:79)

²⁵ Por exemplo veja-se as tipologias inventariadas para a cidade de Maputo no ponto “Caracterização dos espaços abertos públicos” deste trabalho.

²⁶ Veja-se os critérios definidos por Teresa Alfaiate

A rua é um elemento base de ligação física entre os restantes espaços abertos públicos, representando para muitas pessoas a imagem da cidade como justifica Kevin Lynch (1989:58): “Para muitos, estes são os elementos predominantes na sua imagem. As pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo destas vias”.

Esta tipologia é um dos principais elementos da malha urbana. No seu conjunto, as ruas formam diferentes padrões²⁷ que permitem por vezes fazer uma leitura da cidade por épocas, pela coexistência e interligação dos traçados (Figura 5).

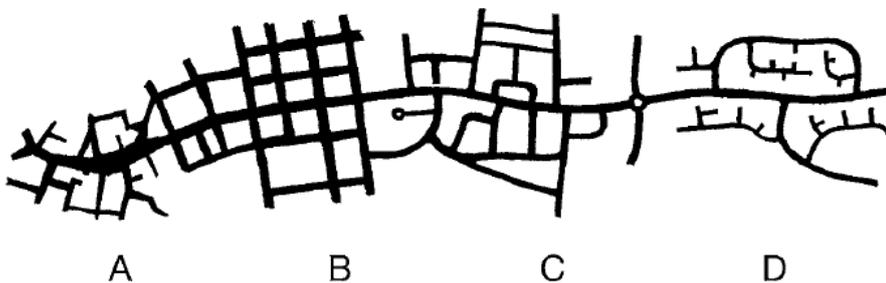


Figura 5 - Esquema dos padrões típicos de ruas numa cidade do centro (A) para a periferia (D). Fonte: Marshal, 2005:84

Quanto à sua forma, apresenta-se como um espaço linear, com estrutura de canal, surgindo com uma configuração orgânica ou retilínea. Regra geral, associada a ruas planeadas está uma configuração mais retilínea enquanto ao crescimento espontâneo se associa uma forma mais orgânica. A rua pode ainda ser analisada quanto à escala, proporção, contraste, ritmo ou conexões com outras ruas e praças, matéria sintetizada por Gordon Cullen (1988) e explorada por outros autores como Cliff Moughtin (2003), que não aprofundaremos neste contexto.

O seu limite clássico é o edificado, pelo que muitas das vezes é definida como “*an enclosed, three-dimensional space between two lines of adjacent buildings*” (Moughtin, 2003:129). Este assume um papel preponderante no caráter e identidade da rua. A ausência clara do seu limite leva à perda da sua identidade enquanto espaço multifuncional, veja-se o exemplo da rua durante o movimento moderno.

É principalmente no decorrer do séc. XIX que a rua passa a ter a composição que chegou aos nossos dias. A sua organização base assume a faixa de rodagem, o estacionamento e passeio mas pode sofrer simplificações chegando ao ponto de ser constituída por um único pavimento, sem separação do trânsito motorizado do pedonal.

²⁷ Para um maior aprofundamento de padrões consultar “Streets & Patterns” de Stephen Marshall (2005).

Para Léon Krier “(...) a rua com sentido duplo, com calçada, faixas de estacionamento e passeios mais ou menos paralelos, apresenta uma solução de génio e sem rival, com enormes vantagens funcionais práticas, de segurança, psicológicas e estéticas; constitui assim uma síntese de eficácia de circulação e de qualidade urbana”. (Krier, 1999:151).



Figura 6- Perfil transversal de uma rua. Fonte: <http://interface-studio.com/projects/macon-connections/>

No entanto a rua também se torna mais complexa no seu aspeto formal e funcional, ao modelo base são acrescentadas faixas laterais de serviço, corredores laterais de paragem, separadores de faixas de rodagem, ciclovias, atravessamentos de faixas de rodagem e ciclovias por peões, e dos passeios por veículos em acessos a garagens, etc., mas também árvores ou canteiros, mais ou menos extensos, num espaço dominado pelos materiais inertes (Figura 6).

Num sentido lato, entendida como eixo de circulação urbana, pode surgir sob a forma:

- Rua - via urbana de circulação viária e pedonal ladeada de edificações;
- Rua pedonal – rua vedada ao trânsito motorizado, exceto para veículos de emergência e cargas e descargas;
- Avenida²⁸ - diferencia-se da rua pela retilinearidade, maior dimensão transversal, grande extensão e maior capacidade de suportar grandes quantidades de tráfego. A avenida “(...) frequentemente conduz ou vai desembocar numa edificação ou elemento característico (praça, terminal) localizado num dos seus extremos.” (Rodrigues et al, 1996);
- *Boulevard*²⁹ - avenida arborizada;

²⁸ Urbanisticamente “... descende do antigo caminho processional.” (Rodrigues et al, 1996:51)

²⁹ O Boulevard nasce da “(...) destruição das muralhas e aproveitamento da área desocupada para a construção de anéis viários envolventes.” (Lamas, 1993:206). Em Portugal este termo é muito pouco utilizado, sendo o termo mais comum a avenida.

- Alameda³⁰ - via de circulação com arborização lateral e/ou central, simetricamente composta em torno de um eixo central dominante, onde frequentemente ocorre a oportunidade de permanência e convívio; tipologia popularizada a partir do séc. XVII, em França, pela interpretação de *Le Nôtre* sobre o modelo de jardim à italiana, que enfatiza a perspectiva e profundidade do espaço (DGOTDU, 2005);
- Via principal – eixo de circulação no interior da cidade, por vezes vedado ao peão, cuja função essencial é fazer uma distribuição do trânsito mais eficaz de modo a descongestionar a circulação na cidade. Estas vias representam muitas vezes uma barreira física na cidade que é atravessada pontualmente;
- Cul-de-sac - rua servida exclusivamente por um acesso; a entrada e saída é efetuada pelo mesmo local.

Quanto aos usos e funções desempenhadas pela rua, estas têm variado ao longo do tempo, no entanto podem ser sistematizadas atualmente em espaço de:

- Continuidade física, vivencial e estética;
- Circulação e estadia de peões;
- Espaço de observação e orientação (Figura 7);
- Circulação, paragem e estacionamento de veículos motorizados;
- Acesso a edifícios (habitação, comércio, serviços e equipamentos);
- Espaço comercial e de serviços (ex. venda de fruta, gelados, castanhas, ...);
- Quando tem associado vegetação, contribui para a regulação microclimática, purificação do ar, biodiversidade e como forma simplificada de garantir o *continuum naturale*³¹ dentro da cidade;
- Espaço-canal de diversas infraestruturas enterradas (saneamento básico, abastecimento de água, eletricidade, gás, comunicações (telefone),

³⁰ Na sua origem a palavra deriva de uma espécie arbórea, o álamo.

³¹ Conceito introduzido em Portugal por Caldeira Cabral que traduz o conceito da *Homeostasis* aplicado ao organismo humano para a paisagem. É definido na lei de bases do ambiente (Lei n.º 11/87, 7 de Abril) como: “(...) sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território.”

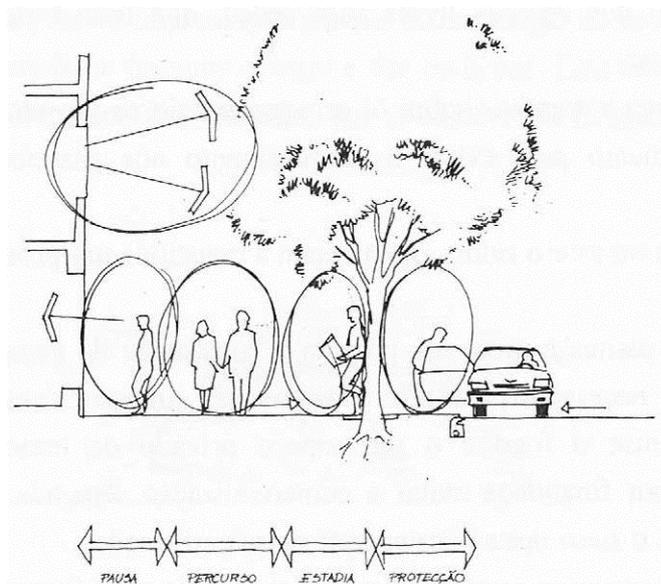


Figura 7 – Na rua, o passeio é palco da expressão social. Fonte: Pardal *et al*, 1991:81

A rua é um espaço público por excelência, servindo simultaneamente de percurso (circulação) e lugar (permanência). A sua existência como lugar para a expressão social está intimamente relacionada com a sua configuração, mas também com os usos do edificado e densidade populacional, que conferem uma maior ou menor vitalidade à rua.

Analisemos agora a sua evolução histórica no mundo ocidental. Na civilização Grega, a *pólis*, inicialmente apresenta uma malha irregular de ruas, surgindo mais tarde um traçado hipodâmico³² ou ortogonal, amplamente aplicado em contexto de colonização, compostos em qualquer dos casos ruas estreitas.

As cidades de fundação Romana apresentam um traçado ortogonal, centrado em dois eixos principais referenciados aos pontos cardeais N/S e E/O, *Cardus* e *Decumanos maximus*. Comum às duas civilizações é a função desempenhada pela rua, lugar de comércio e de circulação.

Apesar da cidade medieval ter diferentes origens³³, com o passar do tempo a sua morfologia tende a assemelhar-se (Lamas, 1993). O traçado radiocêntrico da cidade medieval vai ocupar quase todo o perímetro urbano com ruas estreitas e tortuosas de crescimento orgânico. As deslocações eram maioritariamente feitas a pé e com animais de carga e a pavimentação é comum a partir do século XI e XII.

³² O nome deriva de Hipódamo de Mileto, arquiteto grego que viveu no séc. V a.C., a quem é atribuída a planta ortogonal e o zonamento funcional.

³³ Antigas cidades romanas, burgos que se formam na periferia da cidade romana, antigos santuários cristãos, crescimento de aldeias ou novas cidades.

No Renascimento a geometria das ruas sofre alterações, antes sinuosa, torna-se retilínea e às funções de circulação e acesso aos edifícios, acresce ser eixo de perspectiva. A rua torna-se “(...) também um percurso visual, decorativo, de aparato, próprio à deslocação por carruagem e organizador de efeitos cénicos e estéticos.” (Lamas, 1993:172).

Surge a avenida, uma variação mais elaborada da rua. A retilinearidade da rua serve para além dos propósitos mencionados anteriormente para facilitar o trânsito viário, uma vez que se vulgariza a carroça e o coche.

No Barroco a rua transforma-se em cenário, palco de grandes movimentações, procissões, cortejos e paradas. A burguesia e a nobreza utilizam a arquitetura como meio de ostentação de poder e magnificência, vertida nas fachadas dos edifícios. No espaço temporal que abrange o renascimento e o barroco é criada a identidade entre traçado e fachada. É o desenho da fachada que com ordem e disciplina proporciona uma ideia de grande unidade e intensidade estética. Neste período são introduzidas massivamente as árvores nos novos arruamentos por razões funcionais, climáticas e estéticas (Lamas, 1993). O traçado do barroco é caracterizado pela sua grandiosidade, unindo pontos da cidade, com as suas fachadas, arborização e pontuado por monumentos.

A Revolução Industrial traz diversas formas de construir cidade, a requalificação urbana de Haussmann para Paris ou a expansão de Ildefonso Cerdá para Barcelona, com ruas amplas dispostas em grelha ortogonal, cortada por diagonais são comuns, em que as alterações com o período anterior têm a ver com a dimensão e escala da rua. No caso de Cerdá, no entanto, o espaço de rua é por vezes alterado pelo fato dos edifícios se disporem livremente no interior da quadrícula (quarteirão).

Contrastando com estes exemplos surge o subúrbio, fuga do centro, fruto do crescimento demográfico acelerado e da forte especulação imobiliária. Com os novos meios de transporte são criados bairros de baixa densidade e casas unifamiliares, onde a rua passa a ser apenas uma via de circulação e o abandono do quarteirão leva à substituição por vegetação da anterior relação com o edificado (Lamas, 1993).

A maior rutura surge com o movimento Modernista de Le Corbusier em que é anunciada a morte da rua: “*Our streets no longer work. Streets are an obsolete notion. There ought not to be such a thing as streets; we have to create something that will replace them.*”(in, Moughtin, 2003:129).

Durante este período assiste-se à destruição e abandono das tipologias tradicionais como o quarteirão, a rua ou a praça em favor de tipologias edificadas: a torre, o bloco, a construção em banda e o complexo habitacional. A implantação destas tipologias no terreno é feita em função de necessidades higiénicas, insolação, arejamento e de acessos, relegando à rua um papel de via de circulação e serviço. O resultado desta implantação do edificado é um apenas espaço residual entre edifícios, não desenho urbano.

“O espaço aberto parece estar em todo o lado e perde a identidade passando a constituir o espaço residual dos edifícios, sem um conceito e uma forma que os estruturam e os definam como espaços com identidade própria.” (Matos, 2010:32)

A partir da década de 70 do século passado são retomados os espaços abertos tradicionais. Jane Jacobs (1972:39), uma das maiores defensoras da rua neste período afirma: *“Streets and sidewalks, the main public places of a city, are its most vital organs.”*. Desde então a rua têm reconquistado o seu papel.

A gradual intensificação do trânsito motorizado no interior da cidade obriga à criação de vias de circulação que se apresentam relativamente isoladas e independentes para cumprirem o seu papel de ligação de um ponto a outro da cidade.

Neste sentido esta via aproxima-se mais do conceito de estrada, ocorrência rara como descreve Robert Krier (1975:8): *“Elle ne se présent que rarement comme un espace isolé et indépendant, ainsi que dans les villages-rues par exemple, et fait parti la plus part du temps, d'un enchevêtrement structuré.”*.

Assiste-se assim à transformação da rua em estrada, ainda que o contrário também ocorra. A transformação da estrada³⁴ em rua é uma vertente explorada por Álvaro Domingues (2010) no panorama português.

2.3.2 A Praça

Entre os espaços abertos mais importantes da cidade temos a praça, elemento morfológico das cidades ocidentais de origem planeada (Lamas, 1993). Espaço aberto público de grande significado e complexidade é o local onde se “mede o pulso” à urbe, ou seja a vitalidade de uma cidade.

³⁴ Entendida como uma via de comunicação, em geral pública, de largura variada, situada fora do perímetro urbano, ligando dois ou mais pontos (uma localidade a outra, a outra estrada, etc.), destinada principalmente ao trânsito de veículos motorizados.

Espaço definido pelo encerramento proporcionado pelo edificado que o delimita, acolhe múltiplas funções, estando o seu uso intimamente relacionado com o tipo de ocupação funcional dos edifícios envolventes.

A arquitetura marca todo o espaço da praça conferindo um caráter unitário e uma monumentalidade própria. Frequentemente apresenta uma grande variedade de expressões arquitetónicas dos edifícios (fruto da construção em diferentes épocas), ou com um único estilo arquitetónico, onde aliado a uma dimensão generosa e fachadas elegantes, lhe conferem uma maior monumentalidade.

A praça é um espaço de grande visibilidade, associado ao prestígio e poder, por ser lugar privilegiado para a representação dos poderes instituídos em cada época, procurado como local de reconhecimento do estatuto social.

Dada a sua importância como espaço central, é na praça que se tendem a localizar os edifícios com funções principais para a urbe; anteriormente o mercado, a igreja, o pelourinho, o edifício da câmara municipal, hoje em dia apresenta uma mudança de algumas entidades, o mercado perde relevância, substituído por serviços administrativos e pelo poder económico (ex. bancos).

As praças mais antigas são depositárias de valores arquitetónicos, culturais, simbólicos ou paisagísticos, fruto de uma memória da cidade.

Regra geral a praça principal apresenta uma localização central face à urbe, esta tendência é no entanto contrariada em situações de implantação da urbe junto a um rio ou ao mar, em que o porto exerce uma força polarizadora, deslocando o centro para uma zona limítrofe (Barbosa, 1993).

A praça é um espaço polarizador criador de novas centralidades, o que justifica o seu envolvimento por malha urbana, mais ou menos compacta. Se decorrente da evolução do espaço rossio, as praças podem apresentar uma posição periférica, ainda frequentemente registado na nossa toponímia através da designação rossio (Barbosa, 1993; Freire, 1999).

Apesar da estrutura interna não ser determinante para a sua identificação tipológica, contribui para a análise da sua configuração espacial. Paul Zucker (1944, in Alfaiate, 2000:153)

desenvolve uma classificação baseada na organização interna e articulação na malha urbana, distinguindo cinco categorias de praças/largos³⁵:

- “closed square”: espaços fechados apenas interrompido pelas ruas que a ele afluem;
- “dominated square”: presença de um grupo de edifícios ou elemento sobre a qual o espaço está direcionado;
- “nuclear square”: espaço marcado por um elemento (obelisco, fonte, monumento) criador de tensão;
- “grouped square”: conjunto articulado de largos constituindo um todo reconhecível;
- “amorphous square”: representa o tipo de largos mais indefinidos, por se apresentarem menos organizados e claros a nível formal, apesar de manterem características que os identificam com a tipologia.

Relativamente aos seus limites, a praça assume diferentes configurações. De limite aberto, geralmente apenas de um dos lados, em praças portuárias ou marginais a cursos de água, ou em terrenos declivosos, construída em patamar abrindo para a paisagem, ou pelo contrário, de limite fechado, individualizado arquitetonicamente, isolado do trânsito automóvel, em que não é possível ter perspetivas para além da própria praça, como acontece nas “Plazas mayores” em Espanha. A praça mais comum apresenta um limite permeável, em que o maciço edificado só é quebrado pelas ruas.

No espaço da praça surgem com frequência elementos que a apoiam, contribuindo para o seu enriquecimento enquanto espaço urbano. Encontramos fundamentalmente dois tipos de elementos de natureza inerte, os funcionais onde se incluem o quiosque, o café com ou sem esplanada, o coreto, o parque infantil, e mobiliário urbano (bancos, candeeiros, papeleiras, ...) ou elementos decorativos ou simbólicos como o monumento, a fonte ou chafariz, ou o pelourinho³⁶. Por vezes também surgem edifícios, como o mercado ou igreja, geralmente foram a força motriz que levou à importância da praça. Entre os elementos vivos é comum a vegetação, especialmente representada ao nível do estrato arbóreo.

A praça tradicional é caracterizada pelo domínio do material inerte à exceção das praças ajardinadas, onde como o nome indica, a presença da vegetação surge com maior significado.

³⁵ Na terminologia inglesa, tanto quanto me é dado a entender no contexto utilizado, “square” tanto assume o significado de largo como praça.

³⁶ Elemento arquitetónico isolado, típico da praça portuguesa, que se encontrava na praça mais prestigiada da urbe. Outrora era símbolo da autonomia municipal e indicativo do local onde se aplicava a justiça e faziam a leitura de éditos. Após as alterações políticas do séc. XIX, perderam significado e uso, muitos tendo sido removidos, para mais tarde serem repostos como elemento escultórico (Barbosa, 1993).

Sinteticamente a vegetação surge sob duas formas: a praça arborizada, em que a vegetação se materializa apenas nos elementos arbóreos, com diferentes tipos de distribuição, perimetral (deixando o centro da praça livre), lateral ou central, entre outros, ou a praça ajardinada ocupada maioritariamente por canteiros, que podem conter os três estratos vegetais (árvores, arbustos e herbáceas).

Na aceção mais lata, o conceito de praça abrange variadas funções, formas e localização, observado nas seguintes tipologias:

- Largo: espaço de configuração e características semelhantes à praça distingue-se desta pelo seu carácter espontâneo, “(...) resultado accidental de alargamento ou confluência de traçados (...)” (Lamas, 1993:100);
- Praça real: praça limitada por usos habitacionais, de grande preocupação cenográfica para servir de enquadramento à estátua do rei, muito vulgarizada em França;
- Rossio: espaço polivalente periférico, exterior e adjacente ao centro urbano, de configuração irregular e grande dimensão, livre e disponível, que cumpre atualmente uma função utilitária multifacetada que vai desde o espaço de feiras de diferente periodicidade, ao estacionamento diário. Fruto da dinâmica urbana, o rossio quando se torna mais central transforma-se em praça no seu sentido tradicional³⁷ (Freire, 2012 e 1999);
- Praça átrio: espaço de receção a um edifício ou monumentos resultado de requalificações numa perspetiva de valorização da história e património;
- Praça ajardinada: espaço de circulação e encontro onde predomina a vegetação;
- Praça bairro: espaço de circulação e convívio, em forma de “U”, aberta para a via de circulação do bairro, limitada por habitação com espaço central ajardinado, adquirindo quase um carácter privado (Barbosa, 1993);
- Rotunda: espaço de dimensões significativas, geralmente de configuração circular, é “(...) formada por cruzamento ou entroncamento, onde o trânsito se processa em sentido giratório e sinalizada como tal.” (DGOTDU, 2005). A predominância da função de circulação, raras vezes permite a utilização do espaço central para expressão social, assumindo maioritariamente um carácter estético e decorativo;
- Praça estacionamento: praça afeta à função de estacionamento automóvel.

³⁷ Na sua origem cumpre funções produtivas, comerciais e de descompressão urbana. “Símbolo, por excelência, de urbanidade, uma vez que corresponde a uma unidade gerada pelo urbano, o rossio exprime ainda uma forte componente ruralista pela forma como evoca o contacto com o território e se abre ao mundo rural.” (Freire, 2012:2)

A forma geral da praça depende da maior ou menor regularidade geométrica da malha urbana. Uma enorme diversidade de forma de praças foi analisada e compilada por Robert Krier (1975), praças retangulares e derivadas do retângulo, praças ortogonais, praças ortogonais com construções interiores, praças abertas ou refechadas por um edifício isolado, de “figuras espaciais interrompidas, divididas, compostas e sobrepostas”, praças redondas, praças redondas com construções e variantes dessa forma, combinação de praças redondas, sistemas geométricos complexos, praças triangulares e derivadas, entre outras (Figura 8).

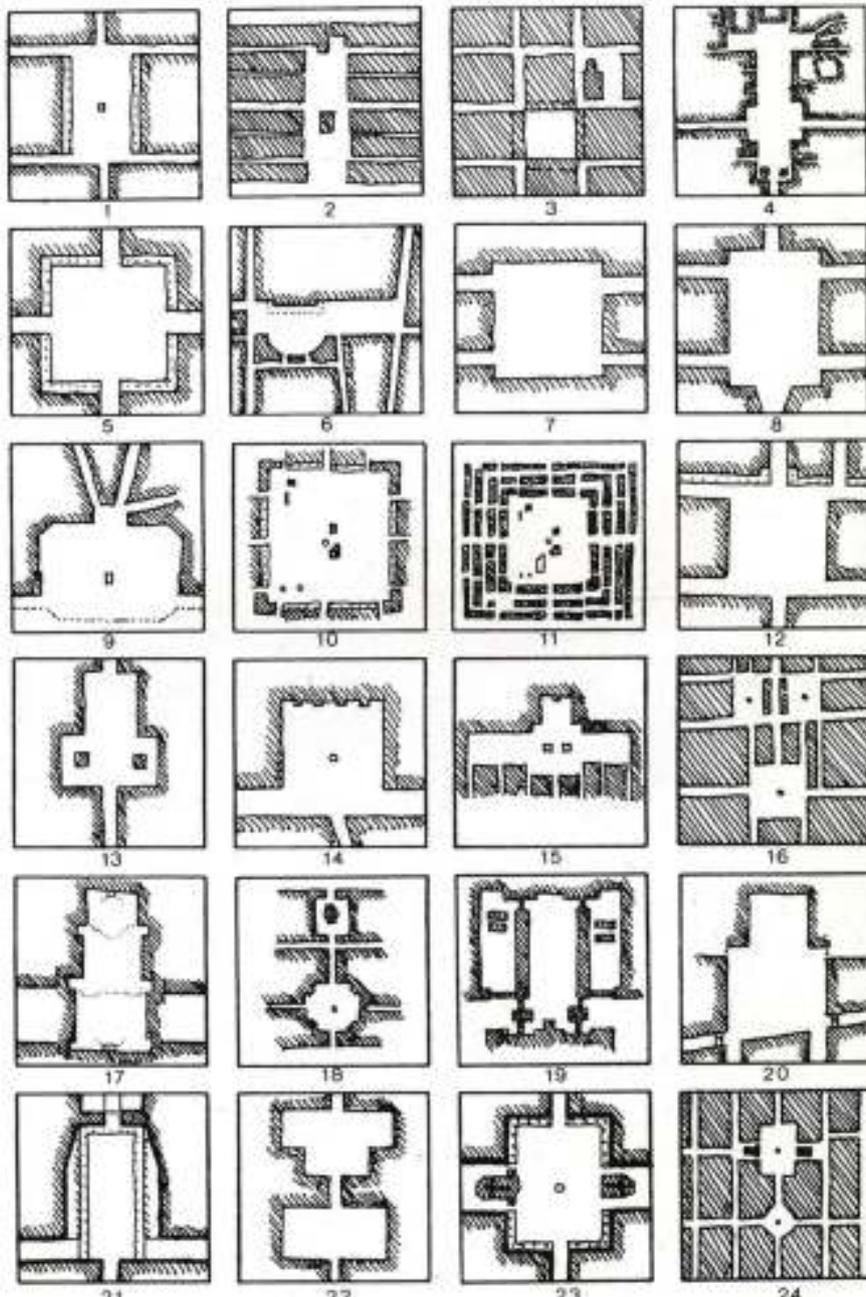


Figura 8 – Diversidade de praças ortogonais identificadas por Robert Krier. Fonte: Krier, 1975:25

José Maria Barbosa (1993) analisa as funções desempenhadas pela praça consoante a sua periodicidade, anual, mensal, diária e excecional. Entre elas encontram-se questões de natureza administrativa, política, utilitária e lúdica, perdendo-se algumas ao longo do tempo:

- Espaço de descompressão na malha urbana;
- Circulação;
- Local de realização do mercado ou feiras, comércio e serviços;
- Encontro e estadia lúdica;
- Lugar de comemoração, contestação e manifestações culturais;
- Espaço utilitário (ex. abastecimento de água através de fonte ou junto ao pelourinho);
- Local cívico e político para a leitura de éditos e reunião dos munícipes para tomadas de decisão;
- Ações de culto;
- Festas e atos solenes;
- Quando arborizada ou ajardinada, contribui para a regulação microclimática, purificação do ar, biodiversidade e como forma simplificada de garantir o *continuum naturale* dentro da cidade.

Hoje em dia a praça perdeu em muitos casos, algumas das suas funções utilitárias devido a alterações socioculturais e à evolução tecnológica, acompanhada pela transferência de algumas funções para outros espaços urbanos. Uma das poucas funções que a praça recebe de novo é o estacionamento, no entanto surge como pouco digna para um espaço de tão elevada importância para a cidade.

A praça enquanto identidade materializada existe desde a Antiguidade Clássica. Para os Gregos a cidade, a *Pólis*, está dividida em duas partes, a *acrópole*, a cidade alta onde se encontram quase exclusivamente os santuários e edifícios representativos, e a cidade baixa, a *ástu*, onde reside a população e se desenvolvem as relações civis e comerciais. Nesta parte da cidade, geralmente plana surge a *ágora*, a praça grega, local de comércio e reunião para se discutir sobre política, ouvir decisões e deliberações dos chefes, para a realização de assembleias públicas da população e local de convívio.

As mesmas funções são desempenhadas no *fórum* romano. Espaço de comércio, político e de reunião, configura o coração comunal, ladeado pelos edifícios de maior representatividade da cidade.

É a partir da Época Medieval que a praça mais se aproxima do conceito de praça que é dominante entre nós. Sinteticamente são descritas duas tipologias, a praça do mercado e a praça da igreja (o adro ou o *parvis* medieval) (Lamas, 1993). A praça representa o centro da vida social da população, enquanto espaço livre público acolhe numerosos eventos: comércio local e da região, casamentos, funerais, comemorações, execuções, torneios ou peças teatrais. Geralmente apresenta uma forma irregular, resultante de um vazio deixado no interior da estrutura urbana.

No Renascimento e no Barroco a praça assume um lugar de destaque no traçado. É um espaço projetado, seguindo os ideais de simetria e regularidade. Aí se concentram os principais edifícios e são introduzidos elementos de referência, os monumentos, sob a forma de obeliscos, estátuas ou fontes.

À semelhança do que se passa com a rua, a praça também assume um papel de cenário e decoração, adquire um valor simbólico e artístico, manifestação da vontade política e de prestígio.

A forte coerência do sistema composto por traçado retilíneo, quarteirão, praça, monumento e de áreas arborizadas conduz à permanência do sistema até meados do séc. XIX e advento da cidade moderna. É na segunda metade deste século que surge a praça ajardinada, como resposta à crescente degradação ambiental da Revolução Industrial e embelezamento dos espaços abertos públicos (Barbosa, 1993).

Gradualmente perde a importância comercial de outrora, e o domínio do espaço livre pavimentado dá lugar à praça ajardinada. No seu espaço central surgem árvores e canteiros, cortados por caminhos que permitem a circulação, diminuindo consideravelmente as potencialidades de usos que oferecia anteriormente, dada a sua fragmentação e redução em áreas livres polivalentes.

Após a Revolução Industrial a praça perde importância, para retomá-la na década de 70 (séc. XX) com a revalorização dos espaços urbanos tradicionais. Neste intervalo, correspondente ao Modernismo, movimento que propõe uma total rutura com o passado clássico com uma nova conceção de espaço urbano, que também atinge a tipologia praça.

Apoiado nos em princípios de zonamento monofuncional, a habitação, o trabalho, o lazer e a circulação deliberados pela Carta de Atenas, a praça é integrada como espaço de lazer e divertimento, dispensando o comércio e o mercado que até ao Renascimento tinham desempenhado um papel fulcral.

A partir da década de 70 até aos nossos dias, a praça retoma parte da sua importância. Mantém as funções provenientes do Modernismo, recebe de novo o comércio, os serviços e o mercado, como consequência de um estilo de vida cada vez mais acelerado, torna-se espaço de um fluxo cada vez maior de pessoas e veículos. Procura retomar a sua multifuncionalidade e torna-se mais flexível de modo a permitir receber os mais variados tipos de uso.

2.3.3 O Jardim

Ao contrário das duas tipologias anteriores, o jardim nasce como espaço privado, afirmando-se posteriormente também como espaço público, coexistindo nos nossos dias as duas formas, esfera privada e esfera pública, independentemente.

Na sua origem está a domesticação da natureza e a relação estabelecida com o homem. É um ecossistema artificial da paisagem humanizada, quer esta seja ou não urbanizada.

O jardim representa a procura do paraíso perdido comum a várias religiões, uma imagem de fertilidade, o “locus amoenus” (lugar de amenidade física e espiritual), confortável e aprazível, um espaço protetor, seguro e produtivo.

O conceito inicial nasce de um espaço fechado, construído para fins hortícolas - em que se descobre a sua amenidade, a quietude, e usufruem diferentes experiências sensoriais como a sonoridade, o aroma e a tutilidade - razão que justifica a permanência de jardim ser sinónimo de horta, horto, pomar, vergel, almuinha durante alguns séculos em Portugal.

É a valoração estética deste espaço produtivo que leva ao jardim de prazer, conceito que surge em finais do século XIII em França, Inglaterra e Países Baixos (Carapinha, 1995).

Pela sua natureza é um espaço de grande mutabilidade, confinado e desenhado propositadamente para “(...) proporcionar a fruição de um espaço por si só e pelas suas características (...)” (Carapinha, 1995:33), onde os diversos elementos que o compõem apresentam significados subjacentes (Figura 9).

A localização do jardim na paisagem urbana surge de forma independente da fisiografia do sítio e da malha urbana. Esta sua autonomia é justificada pelo jardim constituir uma tipologia de identidade própria e individualidade bem definida.

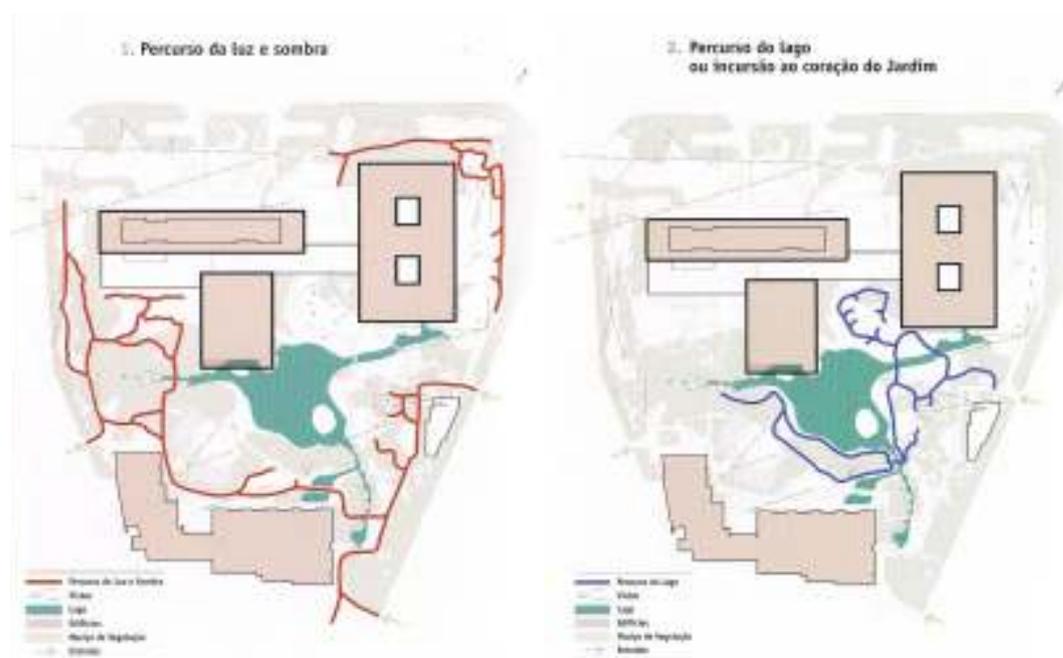


Figura 9 – A fruição do Jardim da Gulbenkian, organizada em percursos. Brandão &Chaves,2006:66;74

Esta identidade e individualidade não se encontram na sua forma, estrutura ou dimensão mas nos atributos que o caracterizam. A forma do jardim e a sua organização surgem por contextualização, por um encadeamento de ideias, que vai sofrendo mutações dependendo do enquadramento ideológico, histórico, político-social, económico, tecnológico, do espaço e de condicionantes biofísicas.

Na etimologia da palavra jardim está implícita a ideia de fechamento³⁸ (Hauser, 1977). Ainda hoje o limite fechado marca presença em muitos jardins. A sua presença reflete a vontade de afastamento, de recato em relação à envolvência. O seu encerramento é modo de proteger o jardim, garante da sua integridade e inviolabilidade (Carapinha, 1995).

A materialização do fechamento pode tomar várias formas. Em material vivo a mais comum é a sebe, concebida de modo mais ou menos formal, ou em material inerte sob a forma de muros, gradeamentos, vedações de madeira, entre outras.

O limite do jardim também tem evoluído, tomando outras formas, através da sua redução ou mesmo diluição e desaparecimento. Surgem sob a forma de limite aberto contido através de sebes baixas, muretes, modelações de terreno ou totalmente abertos apenas delimitado por um lancil.

³⁸ A palavra jardim tem origem indo-europeia, deriva de *jardin* (Francês), *garden* (Inglês), *garten* (Alemão), *gort* que significa recinto vedado junto à casa onde se plantam hortícolas (de *gheet* – fechado).

As qualidades e atributos do jardim advêm fortemente da predominância de materiais vivos na sua composição, marcado pelo domínio da vegetação. A composição do jardim é efetuada recorrendo aos elementos etéreos, o céu, a luz, o ar, a água, a terra, a pedra, a vegetação. Todos eles em conjunto contribuindo para a ideia de jardim (Figura 10).



Figura 10 – Alguns dos elementos etéreos representados nos jardins da Quinta do Alão, Porto. Fonte: Carita & Cardoso, 1990:103

Apresenta um leque alargado de elementos de composição onde o elenco vegetal tem um papel preponderante, reforçando ou atenuando a sua organização espacial. É composto um espetro alargado de plantas, de carácter meramente ornamental, a aromáticas e alimentares, da flora autóctone ou exótica. A sua seleção e disposição são cuidadas de forma a criar ambiências singulares onde o contraste luz/sombra é fundamental. Surge na sua forma aparentemente natural em massas de vegetação ou visivelmente moldada pelo homem em *parterres*, labirintos, alinhamentos de árvores, elementos esculpidos, entre outras formas.

No elenco vegetal “(...) é frequente a utilização de espécies perenes, na procura da imortalidade da efemeridade do próprio jardim.” (Simões, 1998:27). A predominância do verde é interrompida temporariamente por flores e frutos, que intensificam a experiência sensorial do jardim.

A água é outro elemento compositivo essencial que surge associado à ideia de fertilidade e frescura. Aparece no jardim formalizada em planos de água, lagos, tanques de forma mais estática, que transmitem calma e serenidade, que deixam espelhar o céu, ou de forma mais dinâmica, através de fontes, chafarizes, cascatas, jogos de água que adicionam uma sonoridade própria ao jardim.

Os caminhos surgem por vezes como estruturantes do espaço mas é como elemento de ligação entre os diferentes espaços do jardim que permite orientar a sua fruição que se destaca.

Ao longo do seu percurso o jardim é enriquecido com diversos elementos como estatuária, pérgulas, caramanchões, grutas, casas de fresco, estufas, gaiolas, bancos, uma infinidade de elementos que contribuem para a sua fruição.

O jardim pelas suas características integra um leque alargado de tipologias, abordemos algumas:

- Jardim de prestígio: de fruição desinteressada onde predomina a componente estética e contemplativa sem interesses económicos;
- Jardim utilitário ou produtivo: domínio da produção de bens com a finalidade de obter lucro, aliada a uma componente de recreio;
- Jardim religioso: espaços intimamente ligados ao culto, por vezes concebidos com base em princípios sagrados;
- Jardim educativo: jardim em que o carácter didático se revela pela potencialidade para formar e instruir dentro de áreas científicas, em que as mais comuns são a botânica e zoologia;
 - Jardim botânico: às características atribuídas ao jardim é acrescentado um valor didático e de conservação da natureza, estando descrito na Botanic Gardens Conservation International (BGCI) como “*A botanic garden is an institution holding documented collections of living plants for the purposes of scientific research, conservation, display and education.*” (Jackson, 1999);
 - Jardim zoológico: jardim educativo na área da zoologia, normalmente situado no espaço urbano, ou na sua periferia, centrado no carácter didático da proteção e conservação da natureza no seu todo³⁹, sem descurar a componente lúdica dos visitantes. Para além destas funções acumula o papel de proteção, recuperação e reprodução de espécies em vias de extinção e investigação científica (Ferreira, 2011);

³⁹ Inicialmente eram meras coleções vivas de animais enjaulados, tendo o conceito evoluído até aos dias de hoje, para uma perspetiva abrangente da natureza. Atualmente a filosofia subjacente nos jardins zoológicos integram a vertente animal, o seu habitat e relações interespecíficas. Atendendo a esta filosofia, surge uma multiplicidade de espaços com o mesmo princípio mas com conceitos diferentes como o “Parque biológico - BioParks” ou “Safari park”.

- Quinta de recreio: “(...) *um todo auto-suficiente e organizado constitui-se como espaço versátil, onde as componentes lúdica e formal (produção) se associam e invadem mutuamente, estabelecendo entre si relações formais e funcionais. Espaço bucólico, onde as zonas de produção pontuam elementos arquitetónicos definidores de funções estéticas e lúdicas, onde sombra, água e luz se harmonizam numa atmosfera de locus amoenus. Esses locais de prazer, que frequentemente se identificam com infraestruturas funcionais, constituem verdadeiros elos de que unem recreio e produção.*” (Carapinha, 1995:43,44)
- Passeio público: espaço precursor do jardim público, vedado, desempenhando uma importante função social de convívio, proporcionado por percursos inseridos em espaços ajardinado, percorridos a pé ou a cavalo. Apesar de "públicos" inicialmente eram espaços segregados na cidade, criados para uma elite económica e social⁴⁰;
- Jardim público: jardim de acesso livre, disponível a qualquer um, podendo o seu acesso estar condicionado por horários de funcionamento⁴¹;
- Jardim privado: jardim reservado à fruição privada, geralmente associados a residências ou instituições;
- Jardim histórico: jardim de reconhecida importância histórica e artística.

Este leque alargado de tipologias, está intimamente relacionado com as várias funções que desempenha:

- Presença da natureza;
- Lúdica;
- Fruição desinteressada;
- Estética e contemplativa;
- Simbólica;
- Identidade;
- Produção;
- Religiosa;
- Regulação microclimática;
- Purificação do ar;
- Contribuição para a biodiversidade e para o *continuum naturale* dentro da cidade;
- Valorização imobiliária.

⁴⁰ Era um lugar para "ver e ser visto", de conversação, de ostentação social e de posses, onde eram respeitadas normas de comportamento social, de educação e polidez.

⁴¹ O jardim público tem origem no passeio público, mas com o tempo tornou-se num espaço de uso universal.

Na civilização ocidental, o jardim tem origem quando o homem se sedentariza, desenvolvendo a pastorícia e a agricultura. *“O jardim nasce do encontro do Homem com a Natureza. Logo que ele abandona a vida nómada e deixou de depender exclusivamente da recollecção de frutos, da caça e da pesca, encontrou no jardim a possibilidade de cultivar os alimentos mais saborosos, as ervas miraculosas da medicina e descobriu nele um lugar ameno e agradável para estar.”* (Ribeiro Telles, 1995 [1]:104).

Surge como a presença da natureza, num ambiente domesticado. O jardim egípcio dado a proximidade ao deserto, é um espaço de oposição ao ambiente seco e árido, onde por certo impera uma sensação de frescura e amenidade. Os jardins são espaços murados que se desenvolvem numa só plataforma, claramente diferenciado do edifício, de geometria cartesiana, onde se encontram casas de fresco, árvores e vinhas alinhadas, em que a presença da água é crucial, sob a forma de tanque. A produção no jardim é garantida pelas palmeiras (tâmaras), as videiras em latadas (uvas) e os patos e peixes que habitam os tanques.

Os jardins da Mesopotâmia (Persas e Assírios) têm um carácter privado e intimista dado pelo seu encerramento por muros mas fazem parte do conjunto casa/exterior. A água marca presença sob a forma de canais que se cruzam (rios do Paraíso) como símbolo de fertilidade e a vegetação tem uma forte componente simbólica e produtiva sendo utilizadas palmeiras, ciprestes, fruteiras, roseiras e a vinha.

Os Árabes conquistam a Pérsia em 637 e absorvem a sua cultura, mantendo o hábito de construir jardins nas suas cidades e nas cidades que ocupam da Europa Ocidental. Os seus jardins são caracterizados por um traçado geométrico em caminhos e tanques, quebrada pela vegetação luxuriante, diversificada e indisciplinada que se encontra nos canteiros. O jardim é rico em sombra e a água surge em tanques, canais e fontes acrescentando-lhe sonoridade.

Na Grécia, o jardim é construído em estreita ligação com a paisagem, como um todo harmonioso, em que a paisagem domina o edificado. Os jardins gregos demonstram o reconhecimento do Homem como parte integrante da natureza. O conceito “genius loci”, o espírito do lugar nasce na Grécia, sendo reconhecido na conceção do jardim. O jardim é uma paisagem lírica, sagrada, a antítese do jardim de exploração agrícola, apresenta-se sob a forma de pomar sagrado, bosque sagrado, pequenos jardins urbanos, ou na casa de campo, onde o elemento mais importante é a sombra.

O jardim romano vai ser influenciado pelo grego no entanto assume uma atitude de domínio sobre a paisagem. Na cidade, o jardim está encerrado no peristilo e nas traseiras da casa

desenvolve-se o horto ligado à casa pelo pórtico e pela água. O jardim é desenhado pelo edificado, parte integrante da casa, representa um cenário, um espaço de prazer num quadro de natureza, que prestigia o seu detentor. É um espaço sempre verde, de perenidade e monocromático, em que a cor é dada pela construção inerte em pavimentos e pinturas. A villa localiza-se na periferia da urbe, no campo ligada ao conforto e prazer, onde a existência de produção se justifica para prazer.

Na Idade Média os jardins são contidos e intimistas. Encontram-se no interior de castelos, mosteiros ou conventos, organizados em canteiros quadrados ou retangulares, onde legumes e plantas medicinais, aromáticas e árvores de fruto compõem o elenco vegetal. A fonte é um elemento arquitetónico central, a que é atribuído o significado de fonte de vida (fontes octogonais) e a água é um elemento de purificação. No jardim podem surgir pérgulas na periferia, ou caramanchões de estrutura muito simples, no centro ou nos cantos, mas estão sempre presentes elementos ligados à simbologia religiosa, como cruzes e calvários⁴². Outros elementos encontrados no jardim são os “bancos de relva”, alegretes e treliças (Ribeiro Telles, 1995[1]).

O jardim renascentista reflete o racionalismo humanista, o domínio do Homem e a submissão da natureza. Concebido como um espaço de vivência ao ar livre, adequado à magnificência do edifício, é submetido aos princípios de construção arquitetónica vigente. Organizado em terraços abre-se para a paisagem envolvente, é rico em eixos visuais e perspectivas. O seu traçado revela o racionalismo, onde é patente a simetria, os caminhos são retilíneos e ortogonais entres si, compartimentado geometricamente o espaço, incorporam escadas e rampas que permitem a transição entre terraços.

A vegetação de carácter humilde e a produção desaparecem, dando lugar ao domínio da vegetação de folha persistente, subjugada em formas geométricas, sob a técnica da topiária. São construídos labirintos com um elemento central apelativo, uma árvore de grande porte, uma pérgula ou uma torre. Os elementos de pedra são marcantes no espaço surgindo em esculturas, bancos, balaustradas, escadas e fontes. A água apresenta um carácter dinâmico e de festa, incorporada em fontes, jogos de água e autómatos. *“A presença da água é constante como escultura movente e representando o dinamismo da vida.”* (Ribeiro Telles, 1995 [1]:107).

⁴² Representação da crucificação de Cristo.

No Barroco, a natureza surge subjugada a modelos formais, de geometria rigorosa, espaços autoritários e autocráticos e alcança a paisagem. O jardim ganha dimensão, deixa a extensão do palácio e toma parte na composição territorial (Figura 11). Ao desenho geométrico e racionalidade dos volumes do jardim são adicionados efeitos de perspetiva, utilizados para marcar eixos que se perdem no infinito, ou terminam numa estátua colossal.



Figura 11 – Os jardins de Versailles e a construção da paisagem, expoente máximo do Barroco. Fonte: in Dalbem, 2011:23

Um dos elementos que se destacam é o *parterre*, considerado uma extensão da arquitetura no exterior, está decorado por composições geométricas e naturalistas. “*Toujours à base de buis, sa conception était totalement dépendante du plane et de l’implantation des bâtiments.*” (Zuylen, 1994:64). A água surge animada em grandiosas fontes e jogos de água, ou estática, como um espelho, em íntima relação com o céu e a envolvente.

No século XVIII, surge o jardim romântico, exercício de contemplação, onirismo, devaneio, da valorização do universo sensorial e do individualismo. Como descreve Gabrielle Van Zuylen (1994:91) sobre os princípios enumerados por William Shenstone⁴³ “*Les trois aspects du jardins paysager pittoresque sont «le sublime», «le beau», et «le mélancolique ou le méditatif»*”. Inspirado na poesia lírica e na pintura paisagista, o jardim revela-se assimétrico, em perspetivas curvilíneas, onde a modelação do terreno se funde sem corte com o terreno

⁴³ Poeta e teórico dos jardins, influente defensor do jardim pitoresco.

natural, caminhos serpenteados, volumetria variada e a vegetação retoma a sua silhueta original.

É uma natureza artificiosa que ganha forma, que recupera o “espírito do lugar” grego e reconhece a vida rural. Apresenta vastos espaços abertos relvados, uma cuidada seleção e localização das espécies arbóreas e a água aparece em lagos, ribeiras e açudes, parada ou em movimento. O parque permanece um espaço privado mas os seus limites tornam-se “invisíveis”. A invenção do Ha-Ha⁴⁴ permite a fusão com a paisagem envolvente (Zuylen, 1994; Ribeiro Telles, 1995[2]).

O século XIX é o século do ecletismo. No início do século, surge o estilo *gardenesque*, as flores são reintroduzidas em canteiros junto à casa, bem como a estatuária, balaustradas e fontes, permanecendo o restante espaço um parque paisagista. “*Si le paysage central demeure brownien, le périmètre de la maison est nouveau : la pelouse ne prolonge plus le paysage jusqu’aux murs de l’habitation principale.*” (Zuylen, 1994:96). Desenvolve-se o gosto pelo colecionismo, com particular atenção para as plantas exóticas, e são introduzidas as estufas de modo fixo e os jardins de inverno⁴⁵.

Duas das principais inovações deste século são a reinterpretação do parque público e o cemitério moderno. Diversos parques privados foram confiscados às classes abastadas ou abertos ao público, num estilo paisagista, evoluindo depois para um sistema de parques. O cemitério moderno tem origem francesa, nasce da interdição de sepultura nos terrenos da igreja (Zuylen, 1994). Também nesta altura surgem o “Passeio público” e a *Promenade*.

Em resposta aos excessos do jardim *gardenesque*, surgem novamente a geometrização do jardim, com plantações em disposições aparentemente livres, onde predominam as plantas perenes com a valorização das plantas autóctones. É dada particular atenção para os jogos de cor, a que posteriormente se acrescenta as formas, surgindo assim os *mixed borders*.

Com a chegada do Modernismo, “*Passa-se do conceito de jardim de quarteirão ao conceito de espaço verde, (...). Desta tipologia resulta um espaço sem referências formais ou funcionais, onde as pessoas se perdem, dado o desaparecimento da escala humana. Espaços enormes, sem planos verticais intermédios, não conferem conforto ou referências.*” (Matos, 2010:32)

⁴⁴ Ha-Ha é uma técnica que consiste num largo fosso seco que impede o gado de pastar nos relvados junto à casa (Zuylen, 1994).

⁴⁵ Edifício vidrado que surge com a arquitetura do ferro e cristal (vidro). Estrutura inicialmente utilizada para o armazenamento das estufas, adquire funções sociais como sala polivalente onde ocorrem exposições, concertos, bailes,

No jardim pós-moderno a escultura ganha novo folego no jardim, pela necessidade de maior visibilidade pública, tendo sido criados novos jardins ou simplesmente inseridas em parques existentes (Zuylen, 1994). O jardim é influenciado por diversos movimentos (ecologista, utilitário, minimalista, desconstrutivista, entre outras) em separado ou conjugados, criando um grande diversidade de formas.